

ÍROHÌN

Brasília, ano XI, nº 17,
jun. - jul./2006

Kabengele Munanga p. 21

Foto: Pedro Amatuzi



Maioria é a favor da adoção de cota racial
Pesquisa Datafolha mostra que aprovação à proposta diminui à medida que crescem a escolaridade e a renda



Wania Sant'Anna aponta omissões graves na divulgação de pesquisa do Datafolha. p. 3

Foto: Ricardo Stuckert/FR



Mais de 70% dos eleitores de Lula são favoráveis às cotas no mercado de trabalho.

Foto: Antônio Cruz / ABr



Negra Jhò, Takyiwa Manuh e Jaqueline Ki-Zerbo, na II CIAD. p.8

IROHIN - junho/julho 2006

Racismo, agenda legislativa e sanguessugas

O tema "políticas públicas para os negros" está vivo na campanha eleitoral, é (finalmente) parte da agenda política do país. De forma crescente há um debate nacional, aguçado tanto pela agenda legislativa, que inclui o projeto de cotas nas universidades públicas e dois projetos de Estatuto da Igualdade Racial, quanto pelas experiências em andamento em diversas instituições de ensino e, mais incipiente ainda, no mercado de trabalho.

Há vinte anos, faleceu em Salvador, no dia 13 de agosto de 1986, Mãe Menininha do Gantois. No dia 17 de agosto, o jornal "O Estado de S. Paulo", impressionado com a presença de milhares de pessoas no enterro de Mãe Menininha, desfechou violento editorial, afirmando sem rodeios que "A importância exagerada dada a uma sacerdotisa de cultos afro-brasileiros é a evidência mais chocante de que não basta ao Brasil ser catalogado como a oitava economia do mundo, se o País ainda está preso a hábitos culturais arraigadamente tribais". E acrescentou:

"Na era do chip, no tempo da desenfreada competição tecnológica, no momento em que a tecnologia desenvolvida pelo homem torna a competição de mercados uma guerra sem quartel pelas inteligências mais argutas e pelas competências mais especializadas, o Brasil, infelizmente, exhibe a face tosca de limitações inatas, muito dificilmente corrigíveis por processos normais de educação a curto prazo. Enquanto o mundo lá fora desperta para o futuro, continuamos aqui presos a conceitos culturais que datam de antes da existência da civilização."

Estávamos então na campanha eleitoral para a Constituinte que, entre outros avanços, criminalizou práticas racistas como a do editorialista do "Estado". Mas que ninguém se iluda. O

racismo é a camada resistente que serve de base hoje aos apelos hipócritas em defesa da igualdade jurídica e outras pérolas daqueles que, diante do ativismo intenso e dos avanços da consciência social, tentam disfarçar sua visão eurocêntrica da história.

Os negros, nessa visão, por mais que as instituições de ensino, que já adotam algum tipo de ação afirmativa, divulguem avaliações positivas de seu desempenho, permanecem na mídia como uma ameaça ao mérito acadêmico.

Uma cena inesquecível me ocorreu agora. Trata-se do filme "Prova de Fogo" (The Tuskegee Airmen, EUA, 1995), dirigido por Roberto Markowitz. Pilotos negros norte-americanos em aviões de combate derrotam caças alemães que atacavam um bombardeiro dos EUA. Em terra, dois oficiais brancos que estavam no bombardeiro procuram os pilotos para agradecerem o fato incontestável: aqueles pilotos, com habilidade e destemor, tinham lhes salvado as vidas. No acampamento segregado descobrem, surpresos, que os pilotos eram negros. Um oficial branco diz o seguinte: "Não, não foram eles. Eu sou do Sul e conheço essa gente. Negros não pilotam aviões".

Entre o fato (a circunstância material, em que havia real perigo de vida) e a representação construída pelo racismo, que reafirma as "limitações inatas" dos negros, o oficial branco ficou com a representação racista. Os editorialistas dos grandes jornais brasileiros fazem idêntica opção quando recusam as avaliações positivas de desempenho acadêmico dos cotistas e insistem na defesa do "mérito".

Marcelo Beraba, ombudsman da "Folha de S. Paulo", com mais realismo, recomendou ao pessoal da Redação que se preparasse melhor, com discussões internas, para enfrentar a cobertura eleitoral, "que terá de tra-

tar, entre outros assuntos complexos, (...) do Estatuto Racial" (FSP, edição de 16/07/2006, p.A6).

Enquanto os jornalistas se preparam, os negros ocupam-se em defender, por todos os meios, uma agenda legislativa que está hibernando no Congresso. Com uma população estimada em 90 milhões, temos que conseguir eleger candidatos que se comprometam, de fato, com nossas reivindicações. Na esteira da crítica ao Congresso desmoralizado por sanguessugas e mensaleiros, vai-se insinuando, matreiramente, a exigência de construção de "uma agenda para reverter a devastação na credibilidade do Congresso Nacional". Os defensores dessa proposta, fique isso bem claro, são contra o Estatuto.

Para nosso infortúnio, neste momento decisivo, as acusações envolvendo no esquema dos sanguessugas os deputados Reginaldo Germano (PP-BR) e João Grandão (PT-MS), respectivamente, relator de um dos projetos de Estatuto da Igualdade Racial, e presidente do Núcleo de Parlamentares Negros, desnudam a fragilidade da representação negra no Parlamento.

No dia 04 de julho, o deputado Reginaldo Germano, por exemplo, fez um pronunciamento no Plenário da Câmara, no qual cumprimentou prefeitos de municípios baianos, elogiou os caboclos do Dois de Julho, referiu-se ao Estatuto da Igualdade Racial e, no finalzinho, prometeu retornar à tribuna para pôr em "pratos limpos" a questão das ambulâncias.

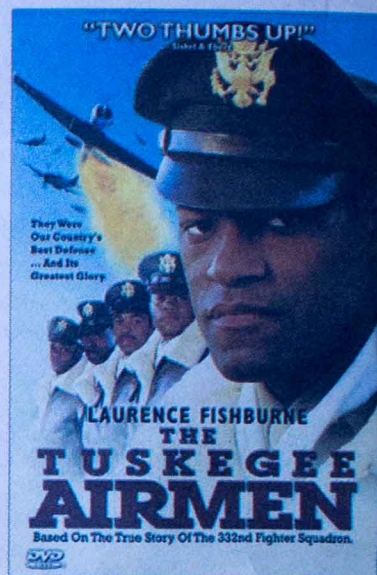
Pois é, Deputado (vale o mesmo para o deputado João Grandão), faça isso rápido. O bicho vai pegar na campanha.

Edson Lopes Cardoso.

edsoncardoso@irohin.org.br



Mãe Menininha do Gantois



O filme de Markowitz



Dep. Reginaldo Germano

IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 14.000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohin, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe *Irohin*: Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Darlete Arruda Oliveira, Diony Maria (MT5299), Elisabete Lopes Cardoso, Fernanda Felisberto, Juliana César Nunes, Lunde Braghini (MT158/93), Má-

rio Theodoro, Regina Adami, Renata Nóbrega e Wania Sant'Anna.

Editoração eletrônica: Jorge Paulo de França Jr.

Site: www.irohin.org.br

e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372.

CEP: 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Nesta Edição temos o apoio de: **Fundação Ford** e





Para além da primeira página - O que o Jornal Nacional e a Folha de S. Paulo omitiram e o que Instituto Datafolha investigou

Wania Sant'Anna*

A abordagem feita pelo Jornal Nacional, em 22 de julho, e pelo jornal Folha de S. Paulo, em 23 de julho, da pesquisa de opinião dos brasileiros a respeito do Estatuto da Igualdade Racial e a política de cotas nas universidades reafirma, definitivamente, a má fé e a prática de manipulação dos grandes meios de comunicação no tratamento dos direitos da população negra do país.

O mais grave exemplo desta manipulação está no fato dos dois veículos de comunicação terem omitido que a pesquisa de opinião sobre esses assuntos estava combinada a uma sondagem sobre a intenção de voto nos três principais candidatos às eleições presidenciais – Lula, Geraldo Alckmin e Heloísa Helena. Isso mesmo! O Jornal Nacional e a Folha de S. Paulo simplesmente cortaram essa dimensão da enquête.

Como ficamos sabendo disso? Muito simples. O editor do jornal Írohin nos pediu para fazer comentários sobre os resultados da pesquisa do Datafolha. Afinal, frente a todo o massacre da mídia contras as cotas para afro-descendentes nas universidades, é de grande relevância ter comprovado que a maioria da população brasileira, 65%, é favorável à medida. As informações veiculadas no Jornal Nacional e Folha de S. Paulo eram, claramente, insuficientes para uma avaliação mais detalhada.

No caso do Jornal Nacional, a intenção mais explícita era “detonar” com a proposta do Estatuto da Igualdade, jogando tintas fortes no fato de apenas 9% dos entrevistados estarem bem informados sobre

o Estatuto e esmaecendo o fato de 46% mencionarem ter tomado conhecimento de sua existência. A Folha de S. Paulo “poupava” discretamente o Estatuto, mas também não deixou de enveredar pelo argumento do “desconhecimento” da população sobre esse assunto, e o seu interesse principal ficou em torno das cotas nas universidades, minimizando a opinião favorável da maioria ao destacar que entre os mais escolarizados e de maior renda a posição era contrária a essa política. O interesse da Folha foi o de polarizar o debate – ou seja, contrapor a política de “cotas raciais” às “cotas sociais”. Assim, e não por acaso saíram atrás dos “analistas”, e leia-se nenhum ativista de organização negra, para opinar sobre uma e outra proposta – cotas raciais *versus* cotas sociais.

Enfim, diante da suspeita de que havia algo de parcial na divulgação da pesquisa, parti para a fonte da informação: o Instituto Datafolha. O que teria sido, realmente, investigado pelo Datafolha? Disponibilizar recursos para uma pesquisa de opinião nacional nos moldes seguidos pelo Instituto já era algo a ser comentado, e não parecia crível imaginar que eles não tivessem descido a detalhes sobre esse assunto. Bingo! Estava certa, a pesquisa era muito mais ampla e as omissões muito mais graves.

Logo no primeiro parágrafo do texto de divulgação da pesquisa e elaborado pelo Instituto Datafolha lê-se, exatamente, o seguinte: “A maioria (65%) do eleitorado brasileiro é favorável a que 20% das vagas em universidades públicas e

particulares sejam reservadas para pessoas negras e descendentes de negros, como prevê um dos capítulos do projeto do Estatuto da Igualdade Racial, que vem sendo discutido no Congresso, revela pesquisa realizada pelo Datafolha. Um quarto dos eleitores (25%) é contra as cotas para negros nas universidades”. Os grifos são nossos e estão aqui colocados para comprovar a má fé e a prática de manipulação dos meios de comunicação. O assunto é tema de agenda eleitoral e isso não parece ter sido omitido por lapso editorial. Em véspera de eleição, de alguma forma, tudo o que diz respeito ao comportamento e pensamento dos eleitores merecem atenção. E um assunto como esse não tem perfil para ser deixado de lado. Deixá-lo de lado não é omissão é decisão.

O que pensa o eleitorado brasileiro sobre as cotas nas universidades

A preocupação em apurar a opinião de eleitores demonstra que o assunto está na agenda eleitoral e assumiu, definitivamente, contornos nacionais. Pela pesquisa ficamos sabendo que entre os entrevistados que pretendem votar em Lula, 69% são favoráveis às cotas para negros nas universidades, 21% são contra, 4% são indiferentes e 7% não sabem – ou seja, não emitiram opinião a respeito. Entre os eleitores de Geraldo Alckmin, 66% são favoráveis às cotas, 29% são contra, 3% são indiferentes e 2% não sabem. Entre os eleitores de He-

loísa Helena – aproximadamente 10% do eleitorado nacional – 56% são a favor, 28% são contra, 3% são indiferentes e 2% não sabem. Entre os eleitores que declararam votar nulo ou branco, 56% são a favor, 38% contra, 4% são indiferentes e 2% não sabem.

Assim, a manchete de primeira página da Folha de S. Paulo, na edição de domingo, escondeu o essencial: que o eleitorado brasileiro, seja qual for a sua opção atual de voto, não acredita que as cotas para negros nas universidades dividam o país. Essa informação talvez tenha inspirado o Presidente e candidato Luiz Inácio Lula da Silva a fazer, em Olinda, e já na segunda-feira, 24 de julho, a defesa do sistema de cotas, “Quando a gente começa a discussão das cotas, os que são contra, são por preconceito”. E indo mais além, acrescenta, “A gente vai em banco e não vê gerente negro, a gente não vê um dentista, um médico negro. A gente não vê na maioria das profissões uma pessoa negra”. (“Presidente acusa de preconceito os contrários a cotas”, FSP 24/07/2006) Mas por que é que o Presidente introduziu o debate sobre mercado de trabalho? Ele teria feito isso apenas para destacar a necessidade de profissionalização da população negra?

Talvez, sim. Porém é aqui, neste assunto, que surge uma outra incrível manipulação na divulgação dos resultados da pesquisa. O Instituto Datafolha também investigou a opinião do eleitorado sobre cotas nas empresas públicas e privadas, nos seguintes termos: “O Estatuto da Igualdade Racial prevê que se-

P.26. Você tomou conhecimento do projeto de Estatuto da Igualdade Racial, que vem sendo discutido no Congresso ? Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto ?
(Resposta estimulada e única, em %)

	TOTAL	COR DECLARADA					RELIGIÃO					
		Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela	Católica	Evangélica Pentecostal	Evangélica não Pentecostal	Espírita Kardecista/espiritualista	Outra religião	Não tem religião
TOMOU CONHECIMENTO	46	50	45	45	40	36	45	44	53	72	58	46
Está bem informado	9	11	7	10	6	6	9	7	10	18	9	9
Está mais ou menos informado	27	28	28	26	19	22	26	25	32	43	35	26
Está mal informado	10	10	11	9	15	7	10	11	11	10	14	12
NÃO TOMOU CONHECIMENTO	54	50	55	55	60	64	55	56	47	28	42	54
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	6264	2558	2323	955	234	165	4163	932	391	182	260	337
Total Nos. absolutos	6264	2616	2281	971	186	188	3875	1001	437	266	298	387

Projeto: PO3341
Base: Total da amostra - Brasil
Data do campo - 17 e 18/07/2006

P.27. Um dos pontos do projeto prevê que, no mínimo, 20% das vagas em universidades públicas e particulares sejam reservadas para pessoas negras e descendentes de negros, independentemente das notas obtidas no vestibular em relação aos que não são negros. Você é a favor ou contra as cotas, isto é, que sejam reservadas vagas para negros e descendentes de negros nas universidades ?
(Resposta estimulada e única, em %)

	TOTAL	COR DECLARADA					RELIGIÃO					
		Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela	Católica	Evangélica Pentecostal	Evangélica não Pentecostal	Espírita Kardecista/espiritualista	Outra religião	Não tem religião
A favor	65	62	67	69	77	66	68	65	59	53	64	55
Contra	25	31	22	22	16	27	23	24	34	44	29	34
Indiferente	4	3	5	4	2	4	4	4	2	2	3	6
Não sabe	5	5	6	5	5	3	5	7	5	2	4	5
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	6264	2558	2323	955	234	165	4163	932	391	182	260	337
Total Nos. absolutos	6264	2616	2281	971	186	188	3875	1001	437	266	298	387

Projeto: PO3341
Base: Total da amostra - Brasil
Data do campo - 17 e 18/07/2006

P.28. O Estatuto também prevê que sejam reservadas no mínimo 20% das vagas nas empresas públicas e privadas para pessoas negras e descendentes de negros. E você é a favor ou contra que sejam reservadas vagas nas empresas para negros e descendentes de negros ?
(Resposta estimulada e única, em %)

	TOTAL	COR DECLARADA					RELIGIÃO					
		Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela	Católica	Evangélica Pentecostal	Evangélica não Pentecostal	Espírita Kardecista/espiritualista	Outra religião	Não tem religião
A favor	68	64	70	70	80	72	70	68	63	51	64	67
Contra	23	28	21	22	15	21	21	22	30	44	29	31
Indiferente	4	4	4	4	1	4	4	4	2	3	3	3
Não sabe	5	4	6	5	4	4	5	6	5	2	4	4
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	6264	2558	2323	955	234	165	4163	932	391	182	260	337
Total Nos. absolutos	6264	2616	2281	971	186	188	3875	1001	437	266	298	387

Projeto: PO3341
Base: Total da amostra - Brasil
Data do campo - 17 e 18/07/2006

fonte: Datafolha

jam reservadas no mínimo 20% das vagas nas empresas públicas e privadas pra pessoas negras e descendentes de negros. E você é a favor ou contra que sejam reservadas vagas nas empresas para negros e descendentes de negros?"

E, também, neste assunto o eleitorado é francamente favorável às cotas para os afro-descendentes no mercado de trabalho. Entre os entrevistados que pretendem votar em Lula, 71% são favoráveis às cotas para negros nas empresas públicas e privadas, 19% são contra, 4% são indiferentes e 6% não sabem. Entre os eleitores de Geraldo Alckmin, 69% são favoráveis às cotas, 27% são contra, 3% são indiferentes e 2% não sabem. Entre os eleitores de Heloisa Helena 62% são a favor, 35% são contra, 2% são indiferentes e 1% não sabem. En-

tre os eleitores que declararam votar nulo ou branco, 58% são a favor, 32% contra, 5% são indiferentes e 2% não sabem. Ou seja, os percentuais de aprovação das cotas no mercado de trabalho são, em todos os casos, até ainda mais elevados se comparados às majorias expressivas de posições favoráveis às cotas nas universidades.

No entanto, o assunto não foi sequer considerado pelo Diretor Geral do Datafolha, Mauro Paulino, ao comentar a pesquisa na própria Folha de S. Paulo, "Necessidade de informação", na edição de domingo, 23 de julho. O interesse do Diretor esteve concentrado em afirmar que "apenas um em cada dez brasileiros considera-se bem informado sobre o projeto de Estatuto da Igualdade Racial em tramitação no Congresso", que "a ampla maioria

(78%) concorda, mesmo que em parte, que as vagas nas universidades devem ser ocupadas pelo melhores alunos, independente da cor, raça ou condição social", e, finalmente, que "a pesquisa demonstra que a falta de informação é terreno fértil para se trabalhar os conceitos do tema. A maneira como esses conceitos serão comunicados e debatidos, principalmente nos veículos de comunicação, será determinante a partir daqui no posicionamento dos brasileiros sobre a questão. É papel das pesquisas acompanhar e revelar eventuais mudanças nesse cenário".

Com esses argumentos, opiniões e escondendo informação tomada junto aos entrevistados e eleitores sondados nesta pesquisa, o Sr. Mauro Paulino deveria ser publicamente questionado, pois manipu-

lou, de forma flagrante, em seu comentário, o conjunto de resultados obtidos pela pesquisa e, mais grave, corroborou com uma consulta na qual pelo menos uma de suas perguntas não expressa o que propõe o Estatuto da Igualdade Racial.

A proposta de cotas nas universidades, e defendida no Estatuto, não prevê reservas de vagas aos candidatos negros "independentemente das notas obtidas no vestibular em relação aos que não são negros e descendentes de negros" como apresenta o Instituto Datafolha. Portanto, antes de mencionar a necessidade de debater conceito e almejar, pela manipulação, posicionamento dos brasileiros sobre a questão, as pesquisas deverão dar tratamento justo e ético aos entrevistados e aos receptores de seus resultados,

P.29. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse de acordo com este cartão o quanto concorda ou discorda de cada uma delas. Então, quanto a _____ você concorda ou discorda? Totalmente ou em parte?
(Resposta estimulada e única, em %)

		TOTAL	REGIÃO DO PAÍS				NATUREZA DO MUNICÍPIO				ESTADOS		
			Sudeste	Sul	Nordeste	Norte/Centro oeste	Total Região Metropolitana (Capital + Outros da RM)	Capital	Outros municípios da Região Metropolitana	Interior	São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais
As cotas nas universidades são necessárias porque os negros foram escravizados e merecem ser compensados por isso	CONCORDA	54	51	51	60	57	49	46	54	58	53	43	53
	Concorda totalmente	37	35	32	40	40	32	30	36	39	36	30	35
	Concorda em parte	18	16	20	20	17	17	16	18	18	16	13	18
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	9	7	9	13	5	8	8	7	9	6	8	8
	DISCORDA	37	42	40	28	35	43	46	38	33	41	49	39
	Discorda em parte	10	10	11	9	8	10	10	11	9	10	10	10
	Discorda totalmente	27	32	28	19	27	33	36	28	23	31	39	28
As vagas nas universidades devem ser ocupadas pelos melhores alunos, independente da cor, raça ou condição social	CONCORDA	78	81	79	73	77	79	77	81	78	81	81	79
	Concorda totalmente	60	63	60	54	62	61	60	62	59	62	64	62
	Concorda em parte	18	18	19	19	16	18	18	18	18	19	17	17
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	8	6	9	14	3	6	7	5	10	5	6	8
	DISCORDA	13	13	12	12	17	15	16	14	12	14	13	14
	Discorda em parte	6	6	6	7	9	7	8	7	6	6	6	6
	Discorda totalmente	7	7	7	6	8	8	8	7	6	8	7	7
Deveriam ser criadas cotas nas universidades para pessoas pobres e de baixa renda, independente da raça	CONCORDA	87	87	89	84	89	87	87	87	87	89	84	87
	Concorda totalmente	73	75	76	65	76	73	73	74	72	76	70	76
	Concorda em parte	14	13	13	19	13	14	15	13	15	13	13	11
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	6	4	5	11	2	4	4	4	7	3	5	5
	DISCORDA	7	8	6	6	6	8	8	8	6	7	11	8
	Discorda em parte	3	3	3	2	2	3	3	3	3	3	3	3
	Discorda totalmente	4	5	3	3	3	5	5	5	4	4	8	5
	NAO SABE	1	0		0	3	0	0	1	1	1		0

P.29. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse de acordo com este cartão o quanto concorda ou discorda de cada uma delas. Então, quanto a _____ você concorda ou discorda? Totalmente ou em parte?
(Resposta estimulada e única, em %)

		TOTAL	REGIÃO DO PAÍS				NATUREZA DO MUNICÍPIO				ESTADOS		
			Sudeste	Sul	Nordeste	Norte/Centro oeste	Total Região Metropolitana (Capital + Outros da RM)	Capital	Outros municípios da Região Metropolitana	Interior	São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais
Reservar cotas nas universidades para os negros é uma coisa humilhante para eles	CONCORDA	48	49	49	46	45	51	52	50	46	51	51	47
	Concorda totalmente	31	34	31	27	28	34	34	32	29	34	37	30
	Concorda em parte	17	16	18	19	17	18	18	18	16	16	14	16
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	12	9	14	18	7	9	8	9	14	9	9	11
	DISCORDA	39	41	36	37	44	40	39	40	39	40	40	42
	Discorda em parte	14	13	17	14	15	13	13	14	15	13	12	14
	Discorda totalmente	25	28	20	22	29	27	27	26	24	27	28	28
As cotas para negros nas universidades são fundamentais para ampliar o acesso de toda a população à educação	CONCORDA	67	68	61	70	65	65	63	68	68	72	60	67
	Concorda totalmente	46	48	39	47	47	45	44	48	46	50	43	48
	Concorda em parte	21	20	22	23	18	20	20	20	22	22	17	19
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	11	8	13	15	9	9	9	9	12	6	10	11
	DISCORDA	21	23	26	14	24	26	28	22	19	21	30	22
	Discorda em parte	8	8	14	6	9	9	10	8	8	7	9	8
	Discorda totalmente	13	16	12	9	15	16	18	14	11	14	21	15
Reservar cotas para negros nas universidades pode gerar atos de racismo	CONCORDA	55	58	58	49	55	60	60	59	53	58	62	56
	Concorda totalmente	36	40	36	29	35	41	42	39	32	39	45	38
	Concorda em parte	20	18	22	20	20	19	18	20	20	19	17	18
	NEM CONCORDA, NEM DISCORDA	11	8	12	16	6	9	9	9	12	7	8	11
	DISCORDA	34	33	31	35	36	31	31	32	35	34	30	33
	Discorda em parte	11	10	9	14	12	10	10	10	12	11	8	9
	Discorda totalmente	23	23	21	21	24	22	22	22	23	24	22	24
	NAO SABE	1	0			3	0	0	0	1	1		0
	Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Base ponderada	6264	2748	953	1692	871	2339	1491	849	3925	1402	547	684
	Total Nos. absolutos	6264	4501	462	867	434	3397	2532	865	2867	1910	1239	1282

Projeto: PO3341
Base: Total da amostra - Brasil
Data do campo - 17 e 18/07/2006

fonte: Datafolha

principalmente nos meios de comunicação.

Os receios do Instituto e da Folha de S. Paulo – o perfil incontestável da aceitação das cotas

O problema do Instituto Datafolha e Folha de S. Paulo é que eles sabem que será difícil reverter a impressionante e acachapante tendência favorável às cotas nas universidades e mercado de trabalho. Para o caso das cotas nas universidades, excetuando o grupo de pessoas com renda famili-

ar superior a dez salários mínimos (2% da população) e com formação universitária, todos os perfis analisados pelo Datafolha demonstram maioria a favor das cotas. O Instituto revirou o perfil dos entrevistados, literalmente, pelo avesso: cor, sexo, idade, escolaridade, renda familiar, ocupação, religião, região do país na qual vive hoje, preferência partidária, avaliação do governo Lula, voto declarado para presidente no segundo turno de 2002 – em todas essas situações (recortes) o resultado foi favorável às cotas para negros nas universidades, todas! E

em muitos casos, a posição favorável, percebe-se, é irreversível, chegando a percentuais superiores a 70%. Então, durmam com um barulho desses!

Sexo, Cor, Idade e Escolaridade – perfis básicos das posições favoráveis

Homens e mulheres têm percentuais quase idênticos em sua posição favorável às cotas para negros nas universidades – com uma ligeira posição mais avançada das mulheres: 66% dos homens são a

favor, 26% contra e 8% são indiferentes ou não sabem; entre as mulheres, 69% são a favor, 24 são contra e 10% são indiferentes ou não sabem ou não.

Entre as pessoas que se declararam brancas, 62% são favoráveis às cotas para negros nas universidades nos termos apresentados pelo Datafolha, e apenas 31% são contra, 8% são indiferentes ou não sabem. Como nas pesquisas do IBGE também aqui as opções disponíveis para a população afro-descendente em relação à cor são as clássicas “preto e pardo”. Então, entre os

P.26. Você tomou conhecimento do projeto de Estatuto da Igualdade Racial, que vem sendo discutido no Congresso? Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto? (Resposta estimulada e única, em %)

	TOTAL	COR DECLARADA					RELIGIÃO					
		Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela	Católica	Evangélica Pentecostal	Evangélica não Pentecostal	Espírita Kardecista/espiritualista	Outra religião	Não tem religião
TOMOU CONHECIMENTO	46	50	45	45	40	36	45	44	53	72	58	46
Está bem informado	9	11	7	10	6	6	9	7	10	18	9	9
Está mais ou menos informado	27	28	28	26	19	22	26	25	32	43	35	26
Está mal informado	10	10	11	9	15	7	10	11	11	10	14	12
NÃO TOMOU CONHECIMENTO	54	50	55	55	60	64	55	56	47	28	42	54
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	6264	2558	2323	955	234	165	4163	932	391	182	280	337
Total Nos. absolutos	6264	2616	2281	971	186	188	3875	1001	437	266	296	387

Projeto: PQ3341
Base: Total da amostra - Brasil
Data do campo - 17 e 18/07/2006

fonte: Datafolha

autodeclarados pretos, 69% são a favor, 22% contra e 9% são indiferentes ou não sabem. Entre os pardos, 67% são a favor, 22% contra e 11% são indiferentes ou não sabem. Entre os que se declararam indígenas, tem-se o maior percentual de favoráveis às cotas, 77%, e contra, apenas, 16%, os indiferentes e os que não sabem são 7%. Entre os amarelos, o grupo mais escolarizado no conjunto da população brasileira, outra grande surpresa, 66% são a favor, 27% contra e 7% são indiferentes ou não sabem.

Esses números são excelentes contra-argumentos para aqueles que insistem em afirmar que as cotas dividirão o país. Não é isso, exatamente, o que pensam os brancos, afro-descendentes, indígenas e população de origem asiática do país – todos, rigorosamente, todos exibem posição favorável superior ou próxima à média nacional de 65%. Ou seja, sob este aspecto, cor da população, a consistência do resultado nacional é incontestável. E, é bom sublinhar, a posição contraria uma visível minoria.

No que diz respeito a opiniões segundo faixas etárias, importa mencionar que os jovens entre 16 e 24 anos ultrapassam a média nacional de favoráveis em 1%. Nessa faixa etária, 66% são favoráveis às cotas para negros nas universidades, 27% são contra e 7% são indiferentes ou não sabem. Na faixa etária entre 25 e 34 anos, 67% são a favor, 26% são contra e 7% são indiferentes ou não sabem. Ou seja, os jovens e o grupo etário que lhes segue imediatamente demonstram perfis de aceitação praticamente idênticos.

Finalmente, os dados relacionados à escolaridade dos entrevistados. A Folha de S. Paulo tentou

relacionar a posição favorável às cotas como uma preferência de pobres e sem escolaridade e “decreta”: “A maior taxa de aprovação das cotas raciais ocorre entre as pessoas com escolaridade fundamental (71%). Já entre os entrevistados com nível superior, acontece uma inversão: 55% são contra as cotas raciais.” Neste caso, **inversão** seria ter, entre os entrevistados com nível superior, 71% de contrários às cotas. Os 55% contra as cotas são, na realidade estatística, os menos favoráveis – o fato é que, neste grupo, 42% são a favor, 4% são indiferentes ou não sabem, e eles, os de nível superior, representam apenas 13,5% da amostra de pessoas entrevistadas. Não tem nada a ver com a maioria expressiva do grupo com escolaridade fundamental favorável às cotas e cuja presença de contrários é de apenas 16%.

Para completar, é importante que se registre uma outra importante e deslavada omissão: a posição dos entrevistados com escolaridade média, a rigor, os mais interessados no assunto e de peso amostral muito próximo ao grupo com escolaridade fundamental. Muito bem, entre o grupo com escolaridade média 65% são favoráveis às cotas, 30% são contra e 5% são indiferentes ou não sabem. Conclusão, unindo as opiniões favoráveis do grupo de escolaridade fundamental e média tem-se uma concordância de sólida relevância estatística.

O jogo duro e sujo

Os ativistas em favor das políticas de ação afirmativa – eu creio – nunca imaginaram que este assunto fosse algo leve de enfrentar. A pesquisa do Instituto Datafolha com a seleção de perguntas elaboradas,

os comentários de seu Diretor Geral à Folha de S. Paulo e o conjunto de matérias que este veículo fez circular na sua edição de 23 de julho demonstram que o jogo será duríssimo de enfrentar. O jogo será duro e sujo porque a intenção será buscar as contradições nas opiniões. Daí a introdução, não por acaso, de seis (!) frases sobre as quais os entrevistados deveriam demonstrar o seu grau de concordância, discordância e neutralidade (nem concordância nem discordância). A concordância e a discordância deveriam ser ainda qualificadas com “concorda totalmente”, “concorda em parte”, “discorda totalmente” e “discorda em parte”. Ou seja, a segunda parte da estratégia de virar pelo avesso o eleitorado e a opinião pública nacional.

Foi justamente deste conjunto de frases que se chegou à conclusão de que é possível, como textualmente menciona o Instituto Datafolha, que “o debate seja deslocado da questão racial para a social”. Foi a partir da aferição sobre o grau de concordância ou discordância sobre essas frases que se permitiu afirmar que 87% dos entrevistados concordam que “deveriam ser criadas cotas nas universidades para pessoas pobres e de baixa renda, independente da raça” – e isso a despeito de 65% dos entrevistados terem se declarado a favor das cotas para negros na universidade, a partir de uma pergunta direta com opções de respostas igualmente diretas nesta mesma pesquisa!

De toda sorte, o que eles também perguntaram e omitiram em sua análise foram as opiniões relacionadas a princípios que, para nós, os ativistas, fundamentam a exigência de reparação pelos da-

nos causados por mais de 350 anos de escravidão e nenhuma política de proteção ou promoção da população liberta em 13 de maio de 1888.

O Instituto Datafolha apresentou a seguinte frase para avaliação dos entrevistados: **“As cotas nas universidades são necessárias porque os negros foram escravizados e merecem ser compensados por isso”**. E assim ficamos sabendo que **54% dos entrevistados concordam com essa colocação**, 37% discorda e 9% nem concorda e nem discorda. Entre os que se declararam brancos, 51% concordam, 41% discordam e 8% nem concorda e nem discorda. Entre os pretos 56% concordam, 35% discordam e 9% são indiferentes. Entre os pardos 57% concordam, 34% discordam e 9% também são indiferentes. Entre os indígenas, mais uma vez uma maioria expressiva, 65% concordam e apenas 27% discordam, os indiferentes são 8%. E, finalmente, entre os entrevistados de origem asiática 61% concordam, 38% discordam e, como os indígenas, apenas 8% são indiferentes. O jogo será mesmo duríssimo e sujo, também.

O Instituto Datafolha ouviu 6.264 eleitores, a partir de 16 anos de idade, nos dias 17 e 18 de julho, em 272 municípios. E, segundo informam, a margem de erro máxima, para o total da amostra, é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. A íntegra da pesquisa podia, até o dia 30 de julho de 2006, ser acessada na página web do Instituto, <http://datafolha.folha.uol.com.br/>

*Historiadora(RJ).
wania@irohin.org.br



Informalidade e Mercado de Trabalho – raízes históricas

A informalidade de hoje é, em grande medida, o resultado de uma ação pública calamitosa

Mário Theodoro*

Na nossa coluna da edição anterior, fizemos menção ao surgimento da informalidade brasileira como um produto de duas “não-respostas”, ou duas omissões, digamos, históricas.

De um lado, a Abolição, sem a garantia de qualquer proteção por parte do Estado à população liberta, a que foi acrescida uma política de apoio à imigração européia, através da qual o Estado, além de financiar o traslado dos europeus, oferecia-lhes ainda um conjunto apreciável de atrativos. A perspectiva que se ensinava era a da substituição da mão-de-obra escrava pela européia. Para tanto, como lembra Ronaldo Jorge Viera Júnior, o governo destinava aos imigrantes um punhado de benesses, tais como o pagamento de diárias até que lhe fossem dadas terras para o desenvolvimento de atividade econômica permanente, isenções fiscais como, p.ex., isenção dos impostos de ancoragem às embarcações que trouxessem mais de cem colonos brancos, de qualquer religião, sexo, procedência (1836), criação de legislação específica de proteção ao trabalho do imigrante - contratos de locação de serviços dos colonos, criação das Sociedades de Colonização que podiam intermediar a colocação da mão-de-obra do colono, entre outras.

Além disso, o Estado se responsabilizava pela imediata colocação - “logo que desembarcassem” - dos imigrantes no mercado de trabalho, seja no setor privado, seja em atividades da administração pública, e oferecia também isenção do serviço militar e a naturalização aos imigrantes que adquirissem terras no

Brasil. Essa estratégia favoreceu sobremaneira a instalação da mão-de-obra imigrante, ao mesmo tempo em que alijava os negros dos postos de trabalho nos setores mais dinâmicos.

De outro lado, a adoção da Lei de Terras, em 1850, foi uma espécie de golpe de misericórdia no projeto de inclusão e de equalização preconizado por alguns segmentos, sobretudo urbanos, daquela época. Ao ratificar a posse da terra aos antigos senhores, restituindo, na prática, o regime de sesmarias, o Estado alijava os trabalhadores de suas terras. Esses passavam então a serem ocupantes de terras alheias, e, como tal, não tinham direito de posse. Milhões de trabalhadores livres e libertos, sobretudo negros, passavam assim à condição de “sem terra”.

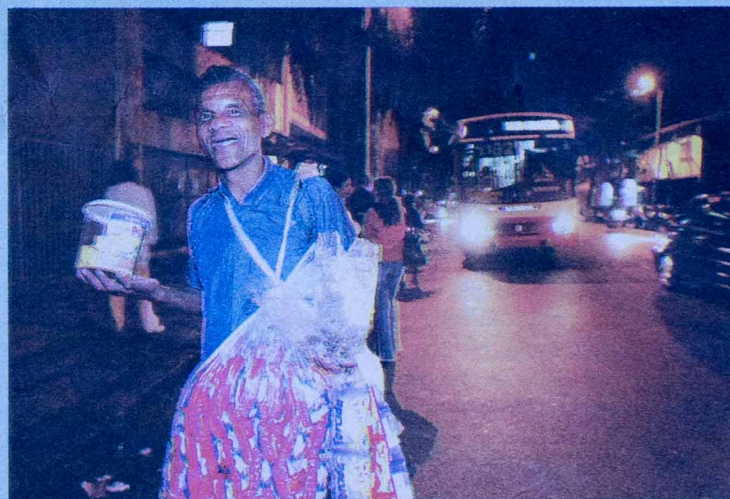
É interessante nos reportarmos ao historiador José Murilo de Carvalho, que lembra as diferenças de nossa Abolição em face do que ocorreu nos EUA. Os negros americanos, ao final da escravatura, receberam terras; foram construídas mais de 4 mil escolas, além de uma Universidade para acolhê-los, sendo ainda incentivado seu alistamento eleitoral. No Brasil, na ausência de qualquer iniciativa de inclusão por parte do Estado, negros livres e libertos vão constituir uma massa de pobres, miseráveis jogados nas atividades informais, como única via de sobrevivência.

A conclusão é pacífica. Nosso Estado, não só não acolheu os negros, como ainda dificultou-lhes o acesso ao trabalho e à terra (que é também, em última análise, trabalho). A informalidade de hoje é, em grande medida, o resultado de

uma ação pública calamitosa, de uma política que não vislumbrava o negro senão como um fardo, um empecilho ao progresso. Essa é, de uma forma bem sucinta, a raiz de nossa informalidade. Daquela época aos dias de hoje, houve grandes mudanças. A economia passou por alguns surtos modernizantes, mas a essência da reprodução da miséria e da desigualdade manteve-se praticamente a mesma. Voltaremos ao tema.

ria e da desigualdade manteve-se praticamente a mesma. Voltaremos ao tema.

***Doutor em Economia e consultor do Senado Federal.**
mario@irohin.org.br



Nascido em Itamarandiba, na Zona da Mata Mineira, Itamar Mendes, 50, veio para Belo Horizonte há 25 anos. Concluiu somente a 3ª série primária e, atualmente, mora em uma república em Contagem, na Grande BH. “Já vendi avental, vassoura, rodo, vendia ovos carregando uma caixa na cabeça. Depois passei a vender ‘negócios’ do Paraguai, rádio, agulha, pilha. Por último, me encaixei vendendo pipoca e doces; coisinha simples todo mundo gosta. Ismar Mendes não contribui para a Previdência, nem mesmo com carnê de autônomo. Já trabalhou com carteira assinada, mas não sabe quanto já contribuiu. Afirmou que sente uma enorme vontade de se aposentar. “Há dez anos vendo doces, pago meu aluguel e vou vivendo até o dia em que eu puder me aposentar. Dizem que tem jeito de se aposentar por idade, mas ainda não me informei”. (Daniela Giovana).



Foto: Carlos Moura

Pensando pautas a partir da II CIAD

Algumas contribuições da II CIAD servirão de base na construção do diálogo fecundo entre o continente africano e sua Diáspora

Vanda Sá Barreto*

Ainda sob o impacto da II CIAD realizada em Salvador, Bahia, entre os dias 12 e 15 de julho, ousou colocar algumas reflexões sobre determinados tópicos que, de uma forma ou de outra, chamaram a minha atenção, enquanto observadora¹.

São análises aligeiradas, mesmo porque o tempo decorrido da sua realização não é suficiente para o amadurecimento das idéias que aqui apresento. São, sim, fragmentos que espero poder avançar num tempo mais adiante.

Nessa linha, destaco um primeiro tema: O impacto que a II CIAD poderá vir a ter ou irá gerar no âmbito do governo brasileiro, na sua política internacional.

Uma forma inicial de buscar esse entendimento está na leitura do discurso do presidente Lula. Os dois discursos – apesar de o primeiro ter sido lido e, portanto, ser entendido como uma peça composta pela diplomacia, e o segundo ter sido um improviso do presidente que abandonou o texto que tinha escrito – foram na mesma linha.

Linha essa que nos pareceu estar voltada muito menos para a construção de uma aliança diaspórica e muito mais para a construção de uma aliança estratégica Sul-Sul, na busca de uma hegemonia cujo horizonte mais próximo é a inclusão do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, o que o país vem perseguindo desde governos anteriores. Aliás essa busca de uma hegemonia no contexto Sul-Sul é algo que vem desde a geopolítica do General Golbery, de triste lembrança, e que, exceto pequenos hiatos, vem sendo adotado pelo Itamaraty.



Manifestação em defesa das cotas nas universidades durante a II CIAD

Mesmo a afirmação presidencial do futuro promissor do país, quanto à geração de bioenergia, energias alternativas ao petróleo, não deixaram em mim nenhuma confiança de que esse trunfo seja usado para reforçar as alianças entre o Brasil, a África e os outros países da Diáspora – como o faz Chávez com o petróleo na Venezuela. Salvo falha de minha parte, na fala presidencial não houve nenhuma referência ao conceito de Diáspora.

Nessa linha da análise da diplomacia, ou melhor, da política externa brasileira para a África (não estou nem falando dos outros países da Diáspora) creio que uma análise dos países cujos Chefes de Estado vieram da África (igualmente não falo da América Latina nem do Caribe, cujas presenças foram insignificantes) pode dar pistas para entender a estratégia do governo no que toca a nós negros/as brasilei-

ros na Diáspora.

Não resta dúvida de que diferentemente da presença dos *intelectuais* que foram convidados a partir de um Comitê Técnico Científico e que, necessariamente, expressam as *redes e preferências* dos membros desse comitê, o convite e a presença das autoridades máximas têm correspondência com o estágio das relações diplomáticas do Brasil com esses países.²

Sabemos que as relações internacionais são jogos de relações complexas envolvendo, entre outros, interesses comerciais, de hegemonias e lideranças. Fica, pois, a provocação para que nossas/os intelectuais negros/os entrem no debate avançando na análise dessas relações.

O segundo tema é o impacto da CIAD sobre as organizações de Movimento Negro, no que se refere a suas pautas e proposições que, evi-

dentemente, se refletem sobre sua prática política. Particularmente quero pensar isso em relação à juventude negra da cidade de Salvador.

Não tenho nenhuma dúvida de que a II CIAD, a exemplo de outros eventos de seu porte, gerou uma gama muito elevada de contribuições aos nossos debates e, sem dúvida, algumas das contribuições de seus participantes servirão de base na construção de novas proposições, no duro embate de se construir um diálogo fecundo entre o continente africano e sua Diáspora.

Mas, particularmente, gostaria de me deter sobre a atual juventude negra, geração esta que diferentemente da que iniciou a luta de combate ao racismo nos anos 70, se defronta com um maior espaço para debates e de enfrentamento da questão racial no Brasil, conquistado por aquela geração à custa do sacrifício de muitas/os.

Dessa forma, hoje, essa juventude se beneficia da existência e vivência com uma intelectualidade negra que passa a ser sua referência e, nesse sentido, a II CIAD foi um espaço rico. O processo anterior à Conferência, preparatório local que gerou o FÓRUM DE DIÁLOGO ÁFRICA-DIÁSPORA, e a transmissão on-line da II CIAD em 5 organizações de bairros negros – contou com suas participações.

O corolário dessa ação da juventude foi a leitura e entrega em Plenário à coordenação do Evento do *Manifesto pró-cotas*, que nas palavras do representante da Unesco, Nouredine Tidjani-Serpros, significou para ele que *quando os jovens chegaram, eles disseram tudo que eu iria dizer*.



A primeira-ministra da Jamaica, Portia Simpson-Miller, e o presidente Lula. Ela foi um dos destaques da II CIAD.



O presidente Lula cumprimenta Abdoulaye Wade, presidente do Senegal, a quem reconheceu em seu pronunciamento de abertura como o grande inspirador da CIAD.

Esses jovens, na minha percepção, foram profundamente marcados por essa conferência³. Provavelmente para muitos o conceito de pan-africanismo é algo novo e o de Diáspora com certeza estará mais enraizado e sem dúvida deverá gerar neles maior consciência de sua identidade negra. E eles serão melhores militantes/intelectuais.

Além das questões postas acima, gostaria de sugerir algumas pautas que creio precisam ser assumidas por nós nessa construção de um diálogo diaspórico:

- Conhecer a experiência da Jamaica – Indubitavelmente um dos momentos gloriosos da II CIAD foi a fala de sua primeira-ministra. Quantos de nós sabíamos que o governo da Jamaica era conduzido por uma mulher e seu nome, Portia Simpson-Miller? E que ela assume fortes compromissos com a construção

de uma visão pan-africanista e diaspórica?

- Incluir nas pautas das organizações negras demandas que levem o Itamaraty a atuar de forma mais efetiva, na linha do pan-africanismo e da Diáspora. Nesse sentido, avaliar as propostas emanadas do Senegal:

A) Construção de uma Aliança Africana – para defesa dos interesses econômicos bi e multinacionais;

B) Criação do Clube Pan-africano – em forma de Confederação que agregue Federações, de cunho mais político;

C) Estabelecer um Conselho de Concertação envolvendo o Sul Atlântico – pensando o Atlântico como uma área econômica.

D) Realizar um Encontro Político – envolvendo a África e a América, da Argentina ao México.

São propostas ousadas, sobre as quais teremos que nos debruçar

para tomar partido e cobrar do Itamaraty a sua presença ativa na construção, quem sabe, do 6ª Região Africana – a dos homens e mulheres negras/os fora da África – como já foi pensado e bem lembrado pelo presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, na conferência.

Essas questões, creio, alimentarão o debate que o **Ìrohìn** vem colocando nos seus dois últimos números sobre a política externa do governo federal, que agora, com a CIAD, ganha novos contornos.

Concluindo, a II CIAD foi monumental pelo seu significado de ser *aquilo que força a lembrança, aquilo que força a memória e não deixa esquecer*⁴. E nós negras/os não iremos esquecer os compromissos que teremos que cobrar do governo brasileiro.

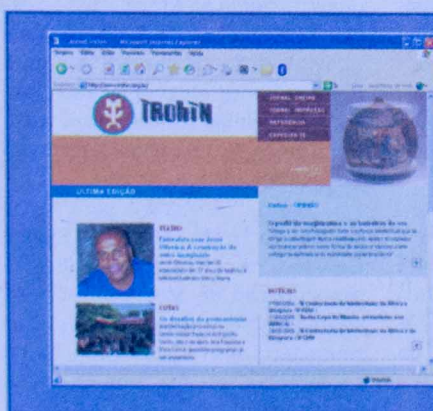
*Socióloga, integrante do Ceafro (BA).

¹ A II CIAD foi formada por 3 Plenárias, duas delas com 10 personalidades e a terceira, com 15. As 12 Mesas Temáticas foram realizadas em 2 blocos cada, com cerca de 5 a 6 expositores/as por Bloco, o que aproximadamente dá 120 apresentações, ricas de abordagens.

² A análise da Programação do II CIAD revelou que nas Plenárias e Mesas Temáticas tiveram presença 139 pessoas entre Chefes de Governo e Intelectuais. O país com maior presença, após o Brasil com 39 pessoas, foi a Nigéria, (22 pessoas), Senegal (11), República Democrática do Congo (5), Mali, Angola (4), EUA, Benin, Ruanda e Haiti, cada um deles com 3 pessoas. A lista foi completada com a presença de 1 representante de outros 30 países. Esses dados, obtidos da Programação, na prática podem ter sofrido modificações por ausências e substituições, mas não de forma a alterar esse diagnóstico.

³ Foi essa juventude que garantiu as Cotas na UFBA., em reunião histórica do Conselho Universitário, em 2005, quando a sua presença guerreira no plenário garantiu a aprovação de Cotas para Negros, na proporção que alcança 45% das vagas em todos os cursos.

⁴ Definição de Monumento utilizada pelo Prof. Ubiratan Araújo Castro, em palestra proferida na Câmara Municipal de Salvador, em julho de 2006.



Ìrohìn na internet !

Acesse www.irohin.org.br e contribua com sugestões nesta fase de instalação e testes.

www.irohin.org.br



Em debate sobre saúde, faltaram os africanos

Mesa temática confirma que ainda estamos longe de uma efetiva troca de experiências

Juliana Cézar Nunes*



Pascoal Mocumbi (Moçambique) e Chinua Akukwe (Nigéria)



Participação dos delegados inscritos na mesa sobre saúde foi intensa.

Um diplomata nigeriano e um sociólogo angolano, representante de empresa especializada em Recursos Humanos. Esses foram os dois únicos africanos a participar, como inscritos, da mesa temática sobre saúde na II Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora (CIAD), no mês de julho, em Salvador.

Entre os convidados, nenhum representante da sociedade civil ou profissional de saúde que atue na África. Resultado: o debate ficou concentrado nos avanços e falhas do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, com destaque para o Programa Nacional de DST/Aids. Faltou apresentar um diagnóstico mais preciso sobre o racismo institucional em saúde no Brasil e sobre as polí-

ticas para o setor na África.

A discussão sobre anemia falciforme – prevalente na população negra – também não foi incluída na programação, frustrando as expectativas de diversos pesquisadores e mobilizadores sociais inscritos para a mesa temática, entre eles o presidente da Associação Baiana de Pessoas com Anemia Falciforme, Altair Lira.

Fatos graves para uma conferência onde, supostamente, "intelectuais" africanos e da diáspora deveriam buscar soluções para um setor que engloba boa parte dos problemas de quem vive no continente e possui origens africanas. Falha da organização do evento? Baixa mobilização ou interesse de

quem trabalha e estuda a área?

Difícil encontrar uma explicação. O que se ouviu, no entanto, dos africanos que participaram como debatedores – convidados pelo Itamaraty e pela União Africana – foi suficiente para deixar os brasileiros desconfiados de que ainda estamos longe de uma efetiva troca de experiências nesse campo. E, ainda pior, que a União Africana não anda muito bem assessorada para o tema.

Anunciado como alto representante da Parceria entre Europa e Países em Desenvolvimento para Experimentos Clínicos, o médico moçambicano Pascoal Mocumbi sugeriu que o principal problema da saúde na África é a "ignorância e a

falta de conhecimento". Para ele, saúde e desenvolvimento são duas faces da mesma moeda.

"Temos poucos e mal-remunerados recursos humanos. Precisamos encontrar formas de fixar os profissionais de saúde na África", disse o ex-primeiro ministro de Moçambique e ministro da Saúde durante seis anos. Recentemente, ele chegou a ser indicado pela União Africana para assumir o posto de diretor-geral da Organização Mundial de Saúde.

A atual comissária para temas sociais da União Africana, Bience Gawana, também compartilha da preocupação de Mocumbi com os chamados recursos humanos. Durante uma breve apresentação na conferência, ela fez uma chamada

para, em 2007, os países da África e da Diáspora concentrarem-se no combate à malária.

"Em muitas comunidades, a malária e a Aids coexistem. Por isso, precisamos estabelecer um enfoque integrado de ação e continuar o processo de elaboração dos protocolos de tratamento", destacou Gwana, que saiu da mesa temática antes dos debates, deixando os participantes impedidos de aprofundar os pontos levantados em perguntas ou sugestões.

Mais surpresa causaram, entretanto, as intervenções do coordenador da mesa temática, professor nigeriano Chinua Akukwe, do Departamento de Saúde Global e de Prevenção e Saúde Comunitária da Universidade George Washington, nos Estados Unidos.

Akukwe declarou-se admirador do programa brasileiro de combate à Aids e se opôs às críticas apresentadas pelo representante do Grupo Gay da Bahia, Marcelo Cerqueira, às ações do governo no Brasil, especialmente àquelas voltadas para a população negra e os homossexuais.

"Qualquer minoria étnica, seja na África do Sul, seja na Rússia, deve ter dificuldade de acesso aos remédios. (...) O programa brasileiro pode não ser perfeito, mas tem bons resultados", resumiu o professor, tentando pôr fim ao debate.

Para ele, o maior problema da saúde na África é de logística, ou seja, falhas nas redes de distribuição de medicamentos. Pelas estimativas de Akukwe, os países africanos vão levar pelo menos três anos para oferecer medicamento a metade dos pacientes com Aids.

Modelos impostos

As considerações dos debatedores africanos ficaram ainda mais abstratas e incoerentes diante da apresentação da professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fátima Oliveira, da Rede Feminista de Saúde. Para ela, ao se concentrar na discussão sobre recursos humanos, a organização da conferência já impõe um modelo de debate e propostas.

"Um modelo baseado na medicina ocidental, que exige muito dinheiro e ignora a existência de pessoas com saberes tradicionais,



Foto: Juliana Nunes

Diana Santos, estudante de Medicina em Cuba.

capazes de salvar muitas vidas", ressaltou Fátima, que ainda criticou as pesquisas internacionais realizadas na África com o apoio dos governos.

Para ela, um dos aspectos mais graves da política para saúde no continente é o diagnóstico clínico da Aids. "Não podemos aceitar que na África tudo seja Aids. É uma questão de direitos humanos."

Segundo Fátima Oliveira, se na África a situação do sistema de saúde não anda bem, no Brasil, principalmente no que diz respeito à população negra, os avanços são resultado de muita e permanente luta. A médica maranhense lembra que até a criação do Sistema Único de Saúde, em 1990, os negros eram praticamente "indigentes" em termos de saúde no Brasil.

"Há 30 anos, quando eu era estudante, nem cheguei a atender negros no hospital universitário", conta Fátima. "Até hoje, as universidades são brancas e há pouca gente negra estudando medicina. Os médicos não gostam de examinar a mulher negra. Não tocam, não medem pressão. Enquanto não mudarem essa cultura, a população negra vai continuar desassistida."

Para a pesquisadora, um dos poucos avanços recentes para a mulher negra é o Pacto Nacional de Combate à Mortalidade da Mulher

Negra. O programa seria resultado, principalmente, da militância feminista negra no Brasil, que busca não se ater às recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), contidas nas metas do milênio.

"Essas metas são uma confissão de que os governos podem e vão fazer muito pouco. Nossa pauta é bem mais ampla", alertou Fátima. "A Organização Mundial de Saúde (OMS) até hoje não reconhece a existência do racismo institucional na rede de atendimento. Deve muito a nós ainda."

Recomendações

A relatora da mesa temática sobre saúde na II CIAD foi a subsecretária de Ação Afirmativa da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Maria Inês Barbosa. Em sua apresentação no grupo, ela defendeu que o Brasil faça parcerias na área de saúde com a África via União Africana.

Para a professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, essa nova forma de cooperação ajudaria o país a ampliar os programas, hoje restritos aos países de língua portuguesa.

"Precisamos ainda aprimorar os mecanismos de seleção dos estudantes e profissionais que hoje

vêm ao Brasil participar de cursos de capacitação em saúde. Percebemos que, atualmente, a maioria deles faz parte da elite africana."

O relatório apresentado por Maria Inês na plenária da CIAD e, até agora, não disponibilizado na página eletrônica do evento na internet, recomenda aos países africanos e da Diáspora o reconhecimento da saúde como direito fundamental e dever dos Estados.

Para garanti-las, segundo o documento, os governos devem integrar políticas de segurança alimentar e moradia. O texto ainda sugere que os países reconheçam a existência do racismo institucional no sistema de saúde.

O relatório destaca a necessidade de aplicação universal de padrões éticos nas pesquisas com seres humanos. Nenhuma linha do documento está na declaração final da conferência. Uma pena. Seria um pequeno avanço.

De 18 a 22 de setembro, os ministros da Saúde dos países que integram a União Africana se reúnem em Moçambique para discutir políticas de assistência à saúde sexual e reprodutiva. Na programação disponível na internet, parte dos desafios levantados coincidem com os citados pelos debatedores africanos convidados para a CIAD. Entre eles, a dificuldade logística de entrega dos medicamentos, o reduzido quadro de profissionais de saúde e a capacidade limitada de financiamento público da saúde.

Os ministros da Saúde da União Africana afirmam, na programação, esperar por um aumento da ajuda internacional para que os países possam dar assistência às crianças nascidas com HIV e ampliar o atendimento aos jovens soropositivos.

Por outro lado, reconhecem que os assuntos de governo e os conflitos no continente têm contribuído para a precariedade dos serviços de saúde e para a violência contra mulheres e crianças. Teria sido muito interessante ouvi-los dizendo isto no Brasil. Agora, é necessário permanecer atento ao que se fala aqui e do outro lado do Atlântico.

*Jornalista (DF).
juliana@irohin.org.br



Desigualdades entre homens e mulheres revelam fragilidades da CIAD

Ana Flávia Magalhães Pinto*

A II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (CIAD) chegava a seus momentos finais. Era noite da sexta-feira, 14 de julho, na cidade de Salvador, Bahia. Mesmo com problemas na organização do evento, a polidez parecia ter dado conta das atividades da conferência. Tal harmonia teria sido ameaçada somente pela intervenção de estudantes e ativistas de movimentos negros brasileiros a favor das políticas de ação afirmativa, ocorrida pela manhã, caso a Declaração de Salvador não tivesse desagradado a tanta gente. No hall do auditório Yemanjá do Centro de Convenções, mulheres e homens negros de várias idades e origens apresentavam vários motivos para seus descontentamentos com a versão do documento da II CIAD entregue à tarde.

Em meio a várias pessoas, estava Sheila Walker, professora do Spelman College (Atlanta) e antropóloga afro-diaspórica com passaporte dos Estados Unidos, conforme sua própria identificação. Ao ser indagada sobre a II CIAD, Walker prontamente acionou duas mulheres africanas, Rudo Gaidzawa, representante da Universidade do Zimbábue, e Isatou Touray, participante de Gâmbia. Nossa conversa mal tinha começado quando essas duas emitiram sua avaliação: "A Declaração é terrível, pois não apresenta um plano de ação ou ao menos define qualquer estratégia que possa resultar em ações concretas. São apenas palavras vazias. O texto reproduz a desigualdade de gênero, o que por si já demonstra sua fragilidade". Após esse breve diálogo, Sheila Walker aceitou dar esta entrevista ao Ìróhìn.

Ìróhìn – Que significados poderiam ser atribuídos às Conferências de Intelectuais da África e da Diáspora?

Sheila Walker – Falarei do meu desejo e das minhas esperanças como alguém que esteve presente nas duas conferências. Considero esses espaços importantíssimos, pois acredito nos processos em curso. Assisti à primeira CIAD, fiz parte de reuniões preparatórias dos dois eventos e sei que tudo é muito complicado. Terminada a conferência de 2004, em Dacar, Senegal, colocava-me a questão sobre que outro país das Américas poderia organizar um evento dessa natureza que não o Brasil? Os Estados Unidos? Impossível! Ali existem grupos diferentes, com objetivos muito diferentes. Ao mesmo tempo, o Brasil tem uma política internacional que não sei bem o que é: atrair países africanos para o Brasil? Algo totalmente normal. Certo é que o que penso sobre isso não tem a menor importância. A União Africana pretende fazer da Diáspora a sexta região da África. Mas nós da Diáspora, que há tempo participamos da conversa, não temos muito nítido o que nos define. Sabemos das palavras que usam para dar sentido à Diáspora. As referências remetem a pessoas de ancestralidade africana, a pessoas que se sentem africanas. Para irmos além, nós, que não somos os governos, precisamos de métodos de institucionalização dos encontros. Falta-nos, por exemplo, uma instituição de pesquisa que favoreça o intercâmbio de idéias e conhecimentos. Nós, da Diáspora, precisamos fazer pesquisas juntamente com os africanos do continente. Somos parte da história uns dos outros. Trata-se de trajetórias que se fundem. Não é possível en-

tender a história da África continental sem conhecer a da Diáspora e vice-versa. Ao mesmo tempo, a Diáspora também precisa se conhecer. Ao falar para africanos da Diáspora, percebo que as pessoas, infelizmente, ainda se surpreendem diante da referência aos afro-uruguaios, afro-argentinos, etc. Este é um grande problema. Infelizmente, até agora, nenhuma solução concreta se configurou. Sem isso, falaremos apenas de mitos.

Ìróhìn – O que dizer sobre esta II CIAD e as questões nela envolvidas?

Sheila Walker – Não posso falar do aspecto formal, dos documentos, até porque tenho participado mais da parte informal, de encontros com as pessoas. Particularmente, aproveitei muito, pois conheço as pessoas, falo os idiomas. No entanto, tenho a impressão de que os africanos falaram, sobretudo, com os africanos, os brasileiros com os brasileiros. Algumas pessoas apenas transpuseram essa barreira. As delegações africanas ficaram entre elas. Isso é lamentável. É preciso ampliar essa comunicação. Por outro lado, um discurso bastante presente neste encontro é o da necessidade de assumirmos outros, ou melhor, os nossos próprios critérios de resistência. Nossos critérios existem e são apenas diferentes. Nós da África e da Diáspora somos um mundo. Os brancos nos globalizaram sem que quiséssemos, mas o resultado é que somos um povo, uma comunidade global. Este tipo de encontro nos dá possibilidade de afirmarmos isso. Nesses momentos em que nos encontramos e percebemos nossas proximidades e igualdades, nossa identidade se fortalece. Muito mais do que afro-brasileiras ou afro-norte-america-



Sheila Walker

nas, somos afro-diaspóricas. Sabemos que temos primas e primos dos dois lados do oceano. O que me dói um pouco é perceber o quanto as barreiras lingüísticas ainda impedem a nossa comunicação. Precisamos de estratégias.

Irohìn – Durante a conferência, algumas falas referendaram a construção de uma Rede Panafricanista de Mulheres. Diante do que ocorreu nas duas CIADs, quais as possibilidades reais de essa estratégia se desenvolver?

Sheila Walker – Primeiramente, o estabelecimento de uma Rede Panafricanista de Mulheres terá de ocorrer dentro da União Africana. Na primeira conferência, a ausência de mulheres foi apresentada como uma grande limitação do evento. Houve a presença de mulheres, mas como participantes. A programação previa doze discursos magistras/teóricos, todos proferidos por homens. Ocorre que um dos princípios da União Africana é a paridade de gênero. Essa não foi respeitada. Quando indagados, os homens argumentaram: "Não encontramos mulheres para fazer as palestras". Não encontraram? Esse mesmo argumento foi usado pelos brancos nos Estados Unidos quando diziam: "Nós procuramos, mas não encontramos negros com as qualidades que precisamos". Discurso idêntico ao dos brancos em várias partes do mundo. O resultado foi que, em Dacar, nós, um grupo de sessenta mulheres, fizemos uma reunião, para a qual convidamos a esposa do presidente do Senegal e a esposa do presidente da Comissão da União Africana. Em seguida, formamos uma comissão de dez mulheres e fomos tratar com o presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, que disse: "A situação não é como eu quero... Eu sou amigo da paridade de gênero". O que ocorreu durante esta II CIAD fala por si só. A questão é que nós mulheres não desistiremos. Em vez disso, insistiremos, brigaremos, devemos fazer o necessário para ter uma institucionalização dentro da União Africana. Precisamos disso. Acredito que uma ação em separado não pode dar conta dos nossos problemas como povo. Uma intervenção integrada e que surja de dentro dos

nossos espaços é o que precisamos. Porque de ações à parte já dispomos, e isso tem sido bom para a manutenção das desigualdades.

Irohìn – A socióloga do Chade, Lydia Dual, em discurso no primeiro dia da conferência, relatou que a atual dispersão africana pelo mundo tem sido vivida majoritariamente por mulheres e crianças. Há tempos as mulheres negras têm sido alvo das mazelas. Em que medida a criação de uma Rede Panafricanista de Mulheres poderá contribuir para a reversão desse quadro?

Sheila Walker – Antes de tudo, essa nova linha de frente de resistência precisa ser africana e diaspórica. Em Dacar, aquele grupo de mulheres era formado, sobretudo, por africanas. Mais uma vez digo que, de imediato, temos de nos conhecer. E como fazer? Primeiro, temos de nos comunicar mais entre nós. O que não fazemos. De fato, não tínhamos uma estrutura, mas tínhamos algumas líderes. As duas mais dinâmicas estiveram nesta conferência: Maramba Touré Thiam, do Senegal, e Monique Ilboudo, ministra para Promoção dos Direitos Humanos, de Burkina Fasso. No entanto, desde 2004, não temos tido comunicação – a menos que se tenha feito algo na África. Mas em termos de diálogo com a Diáspora, nada aconteceu. Tenho consciência de que se trata de um processo, de que temos de insistir. Certamente, ninguém vai nos dar algo gratuitamente. Nós temos de definir como queremos trabalhar.

Irohìn – Diferentemente da primeira conferência, nesta a equidade de gênero foi tema da segunda plenária principal, "Gênero e Equidade na África e na Diáspora". Isso pode ser entendido como fruto das reivindicações das mulheres na I CIAD?

Sheila Walker – Mais ou menos. Em reunião de planejamento ocorrida em Brasília, no mês de março deste ano, nós mulheres tivemos de colocar novamente a discussão. Todo aquele processo teve de ser relembrado. Feito isso, "sugerimos gentilmente" que se estabelecesse uma plenária para contemplar a fala das mulheres. Os homens, com ar

de surpresa, responderam: "É mesmo! É uma boa idéia!". Foi assim que essa mesa foi instituída na programação. Realizada a II CIAD, ficamos agora com outro desafio. Fatalmente nos farão a pergunta: "E agora, vocês querem fazer o quê? O que as mulheres propõem?". Dizer que queremos participação não será mais suficiente. Infelizmente, nós mulheres ainda não definimos uma estratégia de enfrentamento mais incisiva. Há algum tempo se fala da criação de uma Rede Panafricanista de Mulheres, mas nada de efetivo se realizou.

Irohìn – Sua fala acentua a necessidade de institucionalização dos espaços de resistência. Ocorre, porém, que essa reflexão quase sempre vem acompanhada pelo temor de cooptação em virtude de uma série de limitações de ordem política e financeira. Qual a sua opinião sobre esse impasse?

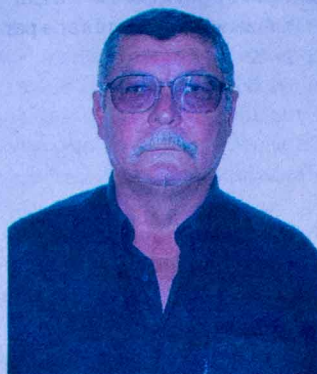
Sheila Walker – De fato, a contradição existe, mas o medo é uma boa desculpa para não se fazer nada. É bem mais fácil não fazer. As respostas a esses problemas terão de vir da raiz. Primeiramente, precisamos nos comunicar. Já temos algumas estruturas para isso. Uma amiga responsabilizou-me de falar aqui sobre a existência de irmandades de mulheres negras universitárias. Eu não faço parte de nenhuma, mas posso dizer que existem cerca de cinco delas nos Estados Unidos. São associações bastante seletivas. Não se pede para entrar, elas escolhem as novas integrantes com base em critérios rígidos. São mulheres poderosas. Entre as envolvidas, encontram-se nomes como o de Coretta Scott King, viúva de Martin Luther King, falecida há pouco; e Mae Jemison, a primeira astronauta negra no espaço. Elas querem produzir uma nova onda, qual seja, a criação de irmandades como essas no Brasil. Esses grupos, que considero internacional por contar com africanas e americanas, almejam se expandir. Como não faço parte, tenho muita dificuldade de representar o grupo em qualquer lugar. A despeito disso, considero essa ação positiva na medida em que se trata de um grupo já existente em todos os Estados Unidos, na África do Sul, na Libéria, etc. Ou seja, mesmo com suas limi-

tações e contradições, são mulheres que fazem. E, de fato, não sei como criar uma instituição do nada. Ao não pertencer a instituições, tenho de ser honesta o suficiente para dizer que não tenho legitimidade para falar sobre a criação de coisas que nunca faço.

Irohìn – Lembro de ouvi-la dizer certa vez que os afro-estadunidenses envolvidos na luta anti-racista apostam nos afro-brasileiros como o povo que, no contexto da Diáspora, poderá dar as respostas necessárias e efetivas ao quadro de desigualdades raciais, pelo fato de sermos a maioria da população no Brasil. Fale um pouco mais sobre essa expectativa.

Sheila Walker – A esperança fundamenta-se primeiramente no fato de ainda no Brasil ser possível a organização de espaços para a promoção do encontro entre africanos e afro-descendentes, como o deste evento. Nós afro-americanos fizemos muito, mas já fizemos. Agora não mais. Não temos dinamismo. Neste momento, vivemos bem. Embora, não sejam todos que desfrutem dessa condição. Teríamos de fazer muito mais. Uma coisa que percebi é que os afro-norte-americanos somos pouquíssimos aqui. Talvez dez. Até temos um bom modelo para o que se pode fazer. Mas o que é maravilhoso é que vocês estão num momento de dinamismo, de explosão. As lutas pelas cotas, pelas as ações afirmativas são uma boa mostra disso. Nos Estados Unidos, somos 14%. Aqui os negros são a maioria. O impacto do que vocês fizerem será bem maior do que aquilo que fizemos nos Estados Unidos. O curioso é que o Brasil se construiu como um país africano que quer ser branco; que quer ser branco para ser moderno. Com o avanço dessas políticas de ação afirmativa, o país já não se reconhece tão branco assim. Ser branco tem deixado de ser tão interessante como antes. Acontecimentos dessa natureza têm motivado as expectativas nos afro-norte-americanos.

***Jornalista, ativista do EnegreSer e mestranda em História/UnB.**
anaflavia@irohin.org.br



As línguas africanas nos sistemas de ensino da África e da Diáspora

Sem a língua, não se tem identidade. Sem identidade, não se é agente da própria história.

Péricles Cunha*

Em 13 de julho de 2006, das 15h00 às 18h30, teve lugar, no auditório Oxalá II/III, do Centro de Convenções da Bahia, a mesa-redonda **As línguas africanas nos sistemas de ensino da África e da Diáspora**, segunda parte da mesa temática 2: **Repensando o lugar da história e das línguas africanas nos sistemas de ensino da África e da Diáspora**¹.

Rosa Cruz e Silva, diretora do Arquivo Nacional de Angola, coordenou os trabalhos da mesa, que foram relatados por Amauri Mendes Pereira, da Universidade Cândido Mendes (Brasil). Os palestrantes, por ordem de apresentação, foram: Adama Samassekou, presidente do Instituto Africano de Línguas (Mali), Yeda Pessoa de Castro, professora do Mestrado em Educação da Universidade do Estado da Bahia - Uneb (Brasil), Jolly Mazimhaka, da Comissão da União Africana, pelo Instituto de Ciência e Tecnologia (Ruanda), Olajide Timothy Asobele, da Universidade de Lagos (Nigéria) e de Takiyawa Manuh, diretora do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Logon (Gana).

Os quatro participantes africanos, apesar da diferença dos estilos pessoais e de abordagens distintas, trataram de modo consensual os mesmos pontos, não apenas quanto às críticas às ações anteriores (ou à falta delas), como também à identificação dos problemas e às suas possíveis (e difíceis) soluções. A participante brasileira apresentou suas teses sobre a influência africana no português brasileiro, já resenhadas no último número deste jornal (cf. *Ìrohìn* 16: 34-5) e comunicou a criação, pela Profa. Jacy Menezes, da

disciplina **Culturas e Línguas Africanas no Brasil**, no Programa de Mestrado em Educação da Uneb e o oferecimento de um **Curso de Formação de Professores** na Fundação Visconde de Cayru (Salvador - Bahia), ambos sob sua responsabilidade. Neste texto, decidi concentrar a atenção na participação dos africanos, pois os assuntos por eles tratados são os mais desconhecidos por

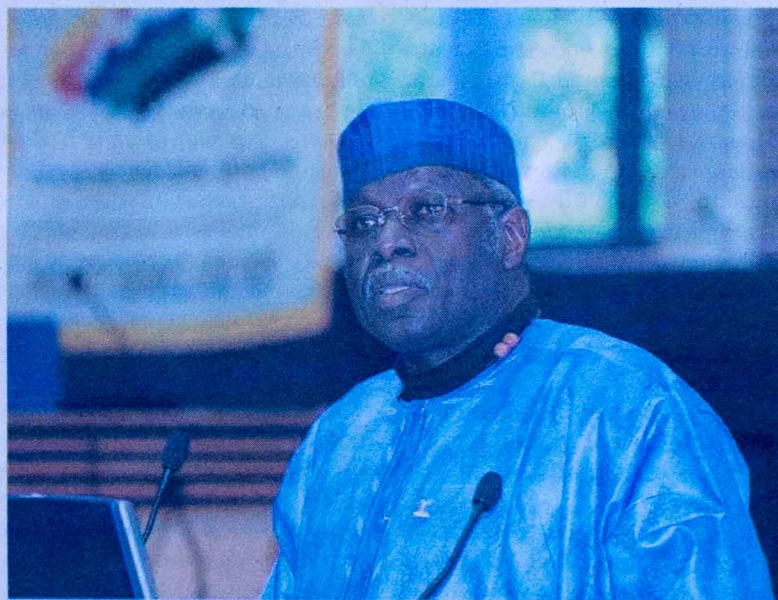
pequena elite, parceiras de seus negócios. Este fato atribuiu a essas línguas um caráter de línguas 'positivas', línguas 'de desenvolvimento', tendo como consequência uma crescente estigmatização e marginalização das línguas nativas.

A partir da segunda metade dos anos 50, mas, sobretudo a partir dos anos 60, quando se iniciou o processo de emancipação política dos paí-

por sua vez, problemas de outra ordem, é certo, mas nem por isso menos difíceis de serem equacionados.

Em todo o continente africano são faladas cerca de 2.000 línguas. Alguns países, como a Nigéria e a República dos Camarões, detêm, cada um, cerca de 250. Todos os países contam com um grande número de línguas e, em alguns deles, 2, 3 ou 4 línguas são faladas por um maior número de pessoas, logo, candidatas potenciais a sua ascensão como língua nacional, enquanto as restantes são faladas por muitas minorias. Além disso, as fronteiras dos países africanos não refletem a sua realidade geográfica, social ou cultural, tendo sido estabelecidas artificialmente no retalhamento da África feito pela Europa, com vistas a sua exploração econômica (Acordo de Berlim), e para promover o apaziguamento dos países europeus que disputavam avidamente entre si as riquezas do continente africano. Consequentemente, algumas línguas atravessam as linhas artificiais, sendo faladas em dois ou mais territórios, as chamadas línguas transfronteiriças, aumentando, assim, os problemas para um equacionamento lingüístico da realidade africana.

Samassekou, em sua intervenção, apresentou uma classificação, elaborada pela Academia Africana de Línguas, em que as línguas africanas são distribuídas em seis grandes grupos: 1. Línguas transfronteiriças de grande comunicação; 2. Línguas transfronteiriças limitadas, a) de tipo simétrico e b) de tipo assimétrico; 3. Línguas não-transfronteiriças de grande comuni-



Adama Samassekou

todos, sendo por isso de maior utilidade para os leitores deste jornal.

AS LÍNGUAS

A colonização africana instituiu as línguas dos colonizadores europeus (principalmente o português, o espanhol, o francês e o inglês) como 'línguas de trabalho', fazendo com que estas fossem dominadas por uma

ses africanos, a questão das línguas nativas passa a ser problematizada. A partir daí, deram motivo a numerosos debates, seguidos de inúmeras resoluções, naturalmente bem intencionadas, mas, quase sempre, não implementadas, de modo que, hoje, mais de 50 anos depois, a situação permanece praticamente a mesma. Por outro lado, a complexa realidade lingüística africana coloca,

cação; 4. Línguas não-transfronteiriças limitadas; 5. Línguas em risco iminente de extinção; e 6. Línguas européias herdadas da colonização.

A ESCOLA

A questão das línguas remete à questão da escola e, ambas, às questões da identidade e da emancipação criativa. A escola africana fala uma língua diferente das línguas nativas – uma das línguas européias da colonização (atualmente, em especial, a língua inglesa) – permanecendo as línguas africanas, quando é o caso, apenas como objeto de uma disciplina, oferecida, por dois ou três anos, em um ou outro nível de ensino. Isto porque a escola africana não é de fato africana, mas tão somente um dos mecanismos da colonização européia, estando frontalmente em desacordo com as formas tradicionais de educação. Suas disciplinas e seus programas refletem a educação ocidental, sendo estranhos, portanto, ao ambiente africano, exteriores a ele, vindos de fora para dentro, de tal modo que os pais não conseguem acompanhar o desenvolvimento de seus filhos, já que desconhecem a língua e os métodos da escola.

Samassekou, que traçou o panorama mais completo e abrangente dessa realidade, identifica aí o problema fundamental, ou seja, a questão da identidade. Os africanos não se identificam com essa escola, e essa escola não lhes permite desenvolver a sua identidade. Desse modo, a história, a cultura, enfim, a educação que recebem, vêm de fora deles mesmos, e tudo isto está relacionado com a questão da língua. Seu raciocínio parte da premissa de que é a língua a base da identidade (individual, coletiva) e a matriz da criatividade. Ora, sem a língua, não se tem identidade. Sem identidade, não se é agente de sua própria história. E sem história, é-se apenas objeto: “*apenas um instrumento usado pelos outros*”. Daí, a necessidade de promover as línguas africanas em todos os domínios da vida pública, para que elas possam se tornar “*os legítimos meios de educação, de sensibilização, de formação, de informação, de mobilização e de gestão de poder*”.

OS IMPASSES E A BUSCA DE SOLUÇÕES

Mas como fazer para que a escola herdada da colonização se torne uma escola africana? Todos estão de acordo quanto à necessidade de se introduzir as línguas africanas na escola. Mas como introduzir as línguas africanas nos sistemas de ensino? Qual o seu papel na educação? Qual o papel que estaria reservado às línguas européias? Deve-se, ou não, substituí-las? E, em caso de sua substituição, que língua (ou línguas) utilizar? Parece ser consensual a importância das línguas européias, de sua conservação, permanecendo aberto, porém, o problema da incorporação das línguas africanas.

A escola, como bem salientou Samassekou, sendo estranha ao ambiente africano e em conflito direto com a educação tradicional, foi, e continua de algum modo sendo, um dos meios utilizados pelos poderes coloniais para a formação de uma elite que facilitasse os seus negócios. Logo, é fonte difusora das línguas e das culturas ocidentais, impondo uma pedagogia que qualifica de “*frontal*” e “*inibidora*”: “*o professor tudo sabe, o aluno nada sabe. O professor preenche o vazio do aluno*” Trata-se, pois, de substituir essa escola por outra que seja, de fato, africana. Que utilize as línguas nativas para a aquisição e a produção de conhecimentos e não apenas como uma das disciplinas a serem ensinadas. Que adote uma pedagogia ativa (“*co-ativa*”) que permita formar cidadãos capazes de agir com autenticidade em situações imprevisíveis. E que envolva a todos, professores, alunos e pais, na questão da escola.

Para que isto possa ser realizado, persistem inúmeros problemas a serem solucionados. Admitindo que a questão da escolha das línguas esteja resolvida – e não está –, há muitas outras carências que exigem uma atenção imediata. Mazimhaka levanta algumas delas. Em primeiro lugar, a carência de professores de línguas maternas. São poucos os professores e a sua formação exigiria previamente a gramatização e a dicionarização da maior parte das línguas, o que pressupõe pesquisa lingüística anterior. Em seguida, a carência de técnicas de ensino mais apropriadas às realidades lingüísticas e culturais do

continente. Não só para a formação desses professores, mas para orientar também o seu trabalho didático posterior. Em terceiro lugar, a carência de materiais didáticos para a quase totalidade das línguas, em sua maioria reduzidas à modalidade oral. Deveria haver um enorme esforço para a produção desses materiais. Como é muito grande o número de analfabetos, a publicação desses materiais seria enormemente dificultada, pois isso exigiria, em quarto lugar, a criação de editoras, demandando uma soma vultosa de capital, que ultrapassa as possibilidades concretas dos Estados africanos. Por fim, em quinto lugar, haveria ainda a necessidade de se criar, para essas línguas, um léxico científico-tecnológico, para que pudessem ser também veículo de conhecimento científico atualizado. Mas, como afirma Manuh, “*a maioria das línguas não interessa à política internacional, ao Banco Mundial*”.

Voltando às línguas, Samassekou defende o convívio das línguas e não a guerra das línguas. Assumindo o multilingüismo, não como razão de conflitos, mas como complementaridade, propõe um “*multilingüismo funcional complementar*” pelo qual se adotaria na escola: 1. a língua materna local (vernáculo); 2. a língua transfronteiriça africana (veicular africana); e 3. a língua européia de colonização (veicular internacional). De qualquer modo, ainda permanece o impasse, ou a dificuldade, de se decidir por uma língua nacional, dentre as várias opções. Mas quais os critérios para a sua escolha? E o que fazer com as duas ou três preteridas? E ainda, como ficariam as outras, a grande maioria, faladas pelas minorias habitantes do mesmo território? E, finalmente, como superar o fato de as elites africanas enfatizarem “*as línguas dos colonizadores, que não são o fio condutor do desenvolvimento*” (Manuh)?

Apesar de todas as dificuldades a serem superadas, esta é a direção a ser tomada, devendo-se aproveitar o fato de, este ano de 2006, ter sido instituído pela União Africana como o Ano das Línguas Africanas. Caso contrário, resta apenas, como sugere ironicamente Manuh, promover uma “*recolonização da África, com sua integração à economia global, tendo o inglês como a língua da educação*”. O que, parece, não foi

nem é a intenção dos intelectuais ali reunidos, todos comprometidos com a “*liberação lingüística*” da África.

Finalizando, vale lembrar a participação do nigeriano Asobebe, falante orgulhoso do yorubá, em um país onde ao menos duas outras línguas disputam a hegemonia. Cansado de “*resoluções*” que redundam sempre em nada, partiu para a ação. Decidido a fazer de sua língua a língua nacional da Nigéria, editou um jornal, em yorubá, e elaborou e publicou mais de 60 livros nessa língua, sobre os mais diversos assuntos, além de uma gramática e um dicionário, que são as ferramentas fundamentais para a institucionalização de uma língua. Expondo parte desse material a todos ali presentes, repetia constantemente que a ele não interessava “*resoluções*”, e sim, “*soluções*”. O que arrancou aplausos entusiasmados da platéia.

E, fechando esta “*notícia*”, algumas observações sobre a situação do Brasil relativamente ao que vimos quanto à África. Se, por aqui, existe efetivamente uma situação de multilingüismo, com cerca de 200 línguas indígenas faladas no território brasileiro e algumas minorias falantes de línguas européias e asiáticas, essa situação difere bastante da situação africana quanto a este aspecto. Embora, como veremos abaixo, mantenha com ela uma relativa semelhança. Existe uma língua francamente majoritária, que alguns teimam em dizer que é a língua portuguesa. Outros, mais cautelosos, chamam-na de português brasileiro. Enquanto outros, mais ousados, definem-na simplesmente como a língua brasileira. Essa questão da nomeação da língua aqui falada é uma questão lingüisticamente menos importante, já que se trata, de fato, de uma questão política. No entanto, as minorias, principalmente as minorias indígenas, carecem de um tratamento mais sério e responsável por parte do Estado brasileiro. No Brasil, o problema se concentra na definição de uma norma que espelhe os hábitos lingüísticos dos brasileiros, e que seja compatível aos diversos falares regionais. A ausência dessas definições faz com que se manifeste, na escola, uma diglossia, presente na sociedade, entre os vernáculos que chegam à

escola e a língua ali presumidamente ensinada. Os professores de língua materna, mal formados, mal assistidos e mal pagos, além de não serem capazes, em sua quase totalidade, de identificar os vernáculos que os alunos trazem à escola, não têm como fazer a transição entre esses falares e a língua da escola. Daí o insucesso constante do ensino da língua materna, o que se reflete em excessiva evasão escolar e em uma aprendizagem deficiente das demais disciplinas, por aqueles que nela permanecem. Urge, portanto, o desenvolvimento dos

estudos sobre a língua falada, estudos já iniciados por lingüistas brasileiros, e a definição de uma norma informada por esses estudos. No entanto, todas essas questões, embora assentes em base lingüística, são efetivamente definidas por decisões políticas. Decisões que dependem da definição anterior de objetivos nacionais. Esses objetivos devem explicitar a nação que se pretende criar, no caso, uma nação independente e plural, que promova a afirmação de seus membros, o que não poderá se dar sem a incorporação ao desenvolvimento de

toda a sua população, assumindo, desse modo, a sua verdadeira face. Aqui, como também na África, a opção que resta, caso não se promova o que a realidade exige, é, parafraseando Manuh, a continuidade desse colonialismo disfarçado, onde se abdica da soberania econômica, política, social, cultural e lingüística, cumprindo apenas o que os organismos internacionais e seus financiadores esperam que se cumpra, aceitando assim o neocolonialismo que a todos insere na economia global, mas eternamente dependentes.²

***Pesquisador independente, o autor é mestre em Lingüística (Unicamp).**

¹ Agradeço a Jorge Almada, do Setor de Operações da TV Bahia, a gentileza de ter fornecido uma cópia em DVD desta mesa redonda que, apesar do áudio estar comprometido com a gravação simultânea da tradução, ainda permitiu que se decifrasse boa parte do original que restou em segundo plano.

² O trabalho dos tradutores simultâneos, ao menos nessa mesa redonda, atrapalhou, mais que ajudou. Sem conhecimento prévio dos assuntos africanos, confundiram, trocaram, ou inventaram, nomes de povos e línguas, omitindo trechos enormes, quando se engasgavam com palavras desconhecidas. E, ainda mais grave, transformaram afirmações em negações e negações em afirmações.



Trabalho das negras de ganho vira arte em Salvador

Grupo de Itapuã remonta atividade comercial do século 19

Diana Clara Condá*

O barulho do carrinho de mão marca o ritmo entoado pela forte voz feminina que merca os produtos: beiju, cuscuz, munguzá!!! Num passo acelerado, a vendedora ambulante anda pelas ruas do bairro de Itapuã, em Salvador, com a ânsia de quem precisa ganhar tempo, clientes e dinheiro para garantir o sustento da família. Para isso, é necessário usar a voz como instrumento "chamador da clientela". A melodia é ouvida num tom mais alto: pamonha de milho e de carimã, lelê!!! Logo, algumas pessoas se aproximam para conferir as mercadorias.

Cenas como essas se repetem diariamente pelas ruas da capital baiana. É comum encontrar "vendedores anônimos" que, para completar a renda da família, utilizam estratégias de marketing peculiares, como a incorporação do som (voz ou instrumentos musicais) para chamar a atenção e persuadir clientes. Triângulo, apito, megafone, pandeiro,



Foto: Alberto Lima

sino e cantorias são algumas das formas mais usadas para incrementar a prática comercial.

Essa forma contemporânea de comercialização é uma releitura dos padrões culturais da população negra do século 19. Nessa época, havia negros escravizados que viviam em

Salvador, vendiam mercadorias, ganhavam parte do dinheiro da venda ou negociavam benefícios com seus senhores. Eram os chamados negros e negras de ganho. O mestre em história social e coordenador do Centro de Documentação e Informação Cultural da Bahia (Cedic), Paulo de Je-

sus, explica que esses negros tinham como características a capacidade de adaptação, boa comunicabilidade, habilidade para negociação e conhecimento do espaço geográfico. Com tanta desenvoltura, estabeleciam uma relação rentável para o senhor e um pouco mais livre para si. Em troca, pagavam o jornal (espécie de diária cobrada pelo dono do escravo) e tinham mais facilidade para andar pela cidade. Mas essa autonomia era temida pelo Estado. Várias foram as tentativas de impor normas e meios para controlar o comércio desenvolvido pelos negros.

O árduo modo de vida das negras de ganho do século 19 é reproduzido hoje de forma lúdica pelas descendentes dessas mulheres negras lutadoras. O grupo das "Ganhadeiras de Itapuã" é um exemplo disso. Unindo música, teatro e dança, encantou o público presente à programação cultural do segundo dia da II Conferência de Intelectuais da África e Diáspora, realizada de 12

a 14 de julho, em Salvador.

Formado por 42 moradores de Itapuã, há dois anos, o grupo teatraliza parte da atividade do ganho. Animadas pelo samba-de-roda, crianças e senhoras remontam o passado em que as negras do ganho andavam de Itapuã até as freguesias (bairros) do Centro de Salvador com uma gamela (vasilha de madeira) na cabeça para comercializar produtos e serviços - peixes, frutas, verduras, quitutes, lavagem e costura de roupas.

O músico e idealizador do grupo, Amadeu Alves, fala do surgimento. "A partir de experiências com o Grupo de Revitalização de Itapuã (Grita), resolvemos criar as "Ganhadeiras" porque acreditamos que é possível estimular a preservação, o resgate cultural e fazer coisas belas a partir da história do lugar onde se mora", afirma.

RESISTÊNCIA - Além da beleza natural, eternizada pelos versos de Dorival Caymmi e Vinícius de Moraes, Itapuã traz histórias de resistência. A mãe, a avó e a bisavó de dona Ana Maria das Virgens foram negras do ganho. A sexagenária conta que teve uma infância difícil, porém feliz. Os 12 irmãos de dona Ana Maria foram criados com a renda do ganho.

"Minha mãe fazia e vendia cocada, mungunzá, cuscuz, arroz doce, bolo e moqueca de folha (peixe enrolado na folha da bananeira) aqui por Itapuã e meus irmãos andavam pela orla para vender as comidas", relata, acrescentando que desde criança ajudava na confecção dos produtos. O ofício foi passado de gera-

ção em geração, mas dona Ana Maria não quis repetir a história. Estudou e foi trabalhar na Universidade Federal da Bahia. Hoje, está aposentada e, como "terapia da diversão", participa do grupo das "Ganhadeiras de Itapuã".

Assim como dona Ana Maria, a jovem Carolina Bispo, nove anos, também busca se divertir participando do grupo. Carol, como gosta de ser chamada, está na 3ª série do ensino fundamental e diz que apesar de ser criança, prefere ficar entre as idosas do grupo, pois lá a animação é garantida. Vovó, como é conhecida Raimunda da Conceição, 74 anos, foi lavadeira de ganho. Dona Raimunda, que é a mais experiente do grupo, revela não saber sambar, mas entrou nas "Ganhadeiras" para se distrair e acabou ficando. Nas apresentações ela dá um show de interpretação, alegria e entusiasmo.

Senhoras e crianças, espíritas, católicos e de candomblé. As diferenças etárias ou religiosas não interferem na simbiose musical e coreográfica mostrada pelas "Ganhadeiras de Itapuã". Pelo contrário, põe em evidência algo comum de quem é e foi criado na beira da praia. Itapuã, local onde as belezas naturais estão equiparadas à riqueza cultural do povo negro, traduzida na sapiência para resistir às adversidades e expressar a luta por liberdade.

* Jornalista, coordenadora de imprensa do Instituto de Mídia Étnica, em Salvador.



Foto: Alberto Lima

Leia mais sobre a II CIAD no www.irohin.org.br



Receba o Ìrohìn em casa!

Peça sua assinatura, ainda gratuita. Fortaleça a divulgação da imprensa negra. Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF

Ou peça pela internet no www.irohin.org.br

DOMINGO:

11:30h LIVROS ANIMADOS

Um programa onde livros ganham vida e desafiam a imaginação com as melhores histórias da literatura infantil brasileira.

18:15h AFINANDO A LÍNGUA

Tony Bellotto usa músicas e vídeo falar da riqueza da nossa língua e



Companhia
Vale do Rio Doce
Fundação

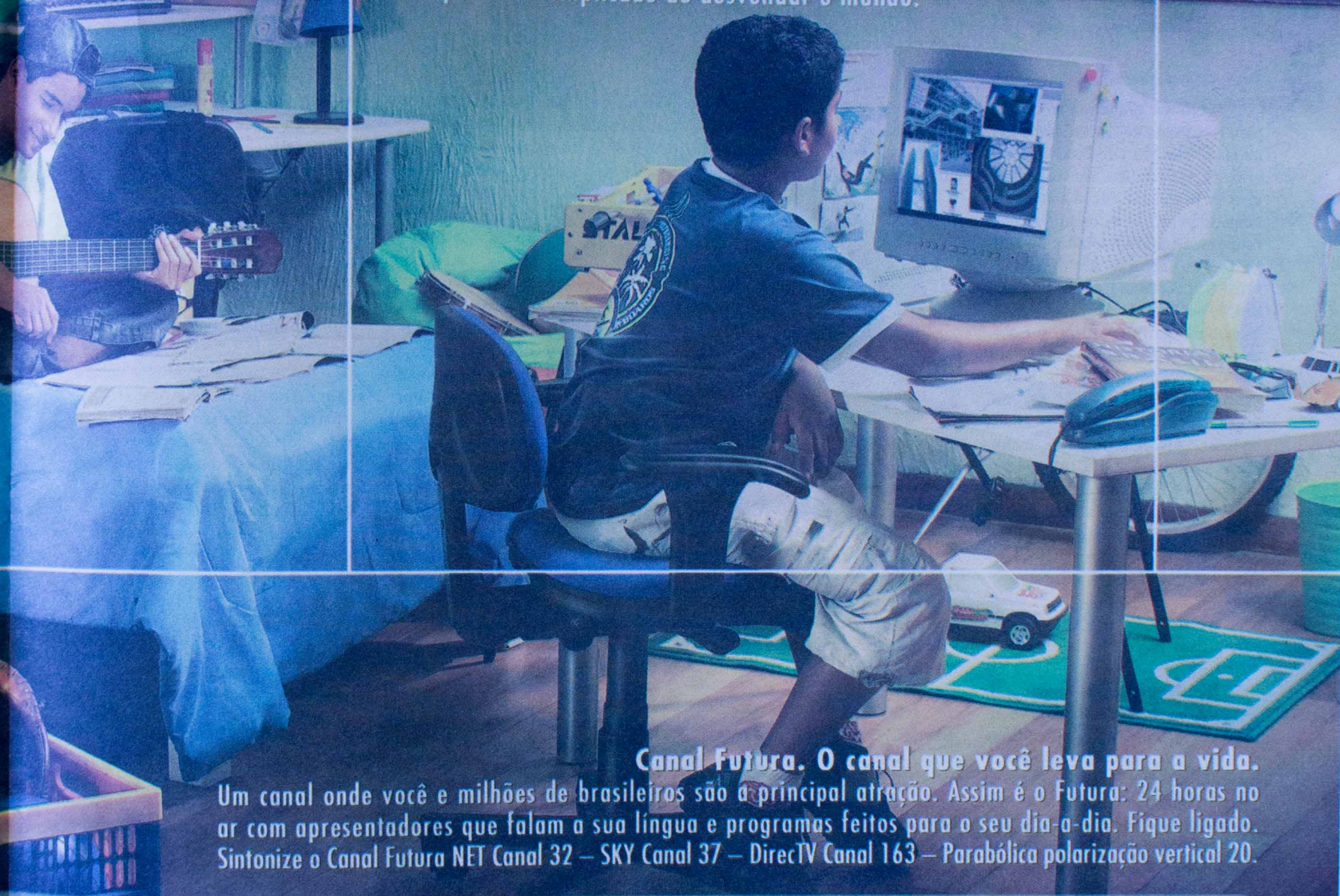


19:30h **GLOBO CIÊNCIA**

20:15h

clipes que você conhece para
da nossa cultura.

Descubra como a tecnologia e a ciência fazem parte da sua vida.
Um jeito descomplicado de desvendar o mundo.



Canal Futura. O canal que você leva para a vida.
Um canal onde você e milhões de brasileiros são a principal atração. Assim é o Futura: 24 horas no ar com apresentadores que falam a sua língua e programas feitos para o seu dia-a-dia. Fique ligado. Sintonize o Canal Futura NET Canal 32 – SKY Canal 37 – DirecTV Canal 163 – Parabólica polarização vertical 20.



Fundação
Bradesco

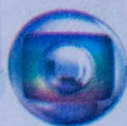


Votorantim

| CNT |

| SEST SENAT |

FIESP
SESI
SENAI
IRS



o canal que você leva para a vida



Em Minas, a ginga da rainha

Professora da PUC Minas, Íris Amâncio fortalece a articulação Brasil-África e estimula a formação de docentes em curso pioneiro

Daniela Giovana*

Escritora, graduada em Letras pela Faculdade de Santa Marcelina, na cidade de Muriaé, Zona da Mata mineira, especialista, mestre e doutora em literatura. Pesquisadora das literaturas africanas de língua portuguesa. Membro fundador do NIR-Núcleo de Inclusão Racial da PUC MINAS. Coordenadora da Especialização em Estudos Africanos e Afro-brasileiros da PUC MINAS e Coordenadora de Extensão da PUC Minas Contagem. Autora do livro **A ginga da rainha**, Ed. Mazza, 2005. Nessa entrevista, Íris Maria da Costa Amâncio falou ao **Ìrohìn** sobre a Lei 10.639, II CIAD, o contexto atual da universidade brasileira, além do II Seminário Brasil-África que vai ser realizado entre os dias 23 e 26 de agosto, em Belo Horizonte.

Ìrohìn - O que representa esse II Seminário Brasil-África?

Íris Amâncio- Os eixos do II Seminário são: Cultura - Empreendimento - Cooperação. Quando se tem um seminário com essa articulação Brasil-África, isso representa uma instituição do tipo universidade discutindo relações históricas, culturais e sócio-raciais. Isso faz crer que principalmente as questões raciais não são tidas mais como coisas de negro. É na verdade um grupo social enxergando e assumindo que as relações sócio-raciais precisam ser pensadas, discutidas e são de interesse de toda a comunidade. Pensar as relações sócio-raciais é uma opção que contribui para uma melhor qualidade de vida para as pessoas. O seminário dá a visibilidade para a existência de pensadores negros, o nosso imaginário não consegue perceber isso. Mas muito

raramente se pensa o negro acadêmico, intelectual e autor. O seminário acaba se tornando um exercício pleno de alteridade. Hoje, o



grande desconforto é o deslocamento que a inclusão promove. É a lógica da justiça social.

Ìrohìn - Brasil e África têm buscado mais o diálogo? Como você percebe a interação entre estas duas realidades?

Íris Amâncio - O diálogo sempre existiu. Se a gente pensar esse diálogo a partir de uma base geográfica, por exemplo, só de olhar no mapa a gente já percebe, fisicamente, que esse diálogo existe. Se pensarmos este diálogo a partir da interação do humano, acredito que, pontualmente, a partir do tráfico colonial, africanos foram trazidos para cá e a interação passou a acontecer no Brasil. Agora, para além dessa

caminhada histórica, se pensarmos na atualidade, nós temos uma política do governo federal de se abrir para os países africanos, principalmente os de língua portuguesa. Por outro lado, os africanos têm o Brasil como uma referência muito positiva. O fluxo e o refluxo entre Brasil e África aumentaram bastante e esse diálogo entre os dois está cada vez mais intenso e a partir de áreas de atuação completamente diferentes. Vivemos um momento em que o Brasil está descobrindo os países africanos e aprendendo muito com esse contato.

Ìrohìn - O primeiro seminário foi realizado em novembro de 2004. O que ficou dessa primeira experiência?



Íris Amâncio - O primeiro seminário nasceu motivado por uma iniciativa do curso de Comércio Exterior da PUC Minas, em Contagem, e minha, que sou pesqui-

sadora de literaturas africanas de língua portuguesa. Percebemos que entre países africanos de língua portuguesa e o Brasil, Minas Gerais não aparecia como referência, as primeiras imagens são sempre Rio, São Paulo, Salvador. Além do propósito acadêmico e de gerar o contato com saberes diferentes, houve também a intenção de provocar, chamando a atenção de instituições educacionais, empresários e das autoridades africanas para Minas Gerais. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais entendeu a importância dessa articulação. O seminário desde o início atingiu esse caráter interdisciplinar, ele tem uma proposta que vem de uma base educacional, que é a universidade, mas ele dialoga com a cultura, com organizações sociais no âmbito da mobilização e também com o empresariado. O seminário de 2004 teve como eixo temático: História - Cultura - Empreendimento, foi realizado em novembro, logo depois da implantação da Lei 10.639 e aí o seminário atingiu mais um objetivo, que foi o de disponibilizar referências para o professorado, estudantes e outras pessoas que queriam saber mais sobre países africanos para lidar melhor com os aspectos previstos pela lei. O evento se transformou em referência e a procura estimulou a criação do curso de especialização em estudos africanos e afro-brasileiros.

Ìrohìn - Você coordena a especialização em Estudos Africanos e Afro-brasileiros da PUC Minas. Como está a demanda de educadores pela especialização? A implementação da Lei 10.639 tem motivado uma demanda maior?

Íris Amâncio - Fizemos uma pesquisa em todo o país em termos de oferta de mercado verificamos que não havia nenhuma oferta. Já existiam cursos de especialização em História Africana, mas em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, com uma abordagem multidisciplinar, era o primeiro curso, e ele acabou sendo pioneiro no país, e a intenção é a de que o pós-graduando tenha uma visão que começa pela história da África em si, perpassa o momento do tráfico colonial, ou seja, como as matrizes africanas vieram para o Brasil, uma vez aqui, como se deu essa interação em termos culturais, sociais e religiosos e a partir daí, como essa interação se expressa hoje. A primeira turma foi em 2004 e agora estamos com as inscrições abertas para a terceira. Existia a reclamação pela falta de curso. Já que não existia, quem é que podia oferecer o curso em nível de pós-graduação? Uma universidade. Então nós acabamos por assumir essa falta, dentro daquilo que já é missão da universidade. Ela assume o seu papel de formadora, de centro do saber que faz circular, que atualiza e potencializa profissionais e as pessoas se sentiram atraídas pelo fato de o curso ser oferecido por uma universidade, porque até então quem falava das questões raciais era só militante de movimento negro.



Irohin - Como as universidades têm acolhido trabalhos que trazem por problemática assuntos ligados à África?

Íris Amâncio - A universidade é também um espaço por excelência da ambigüidade. Ainda tem uma estrutura elitista e tem socialmente o status de ser o lugar do saber. Ela ainda tem dificuldade de

se abrir e de perceber os outros saberes externos a ela. A universidade na prática tem que funcionar como partilha de saberes. Tem que produzir para promover um bem-estar, uma contribuição para a sociedade, ela tem um potencial enorme de promover esse avanço, desde que ela se assuma enquanto uma universidade. O fluxo da tríade: ensino, pesquisa e extensão ainda

não é contínuo, estamos na fase de transição. Há uma demanda gritando por meio da pulsão vinda da própria comunidade. A universidade não está mais totalmente fechada e também está buscando meios de se adaptar a essa nova realidade.

Irohin - Você esteve no último mês de julho, em Salvador, para a II CIAD, Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. Qual o balanço que faz da conferência?

Íris Amâncio - Foi, primeiro, uma experiência marcante para o país, lamentável a mídia não ter dado um suporte maior. O Brasil estreitou laços, pesquisas e projetos de cooperação dando visibilidade à produção de negros de vários lugares. É o tipo de acontecimento que mostra ao mundo a existência de uma intelectualidade negra que sempre foi negada. Teoricamente, negro sempre serviu para trabalhar e não para pensar.

Para saber mais sobre o 2º Seminário Brasil-África e sobre a Especialização de Estudos Africanos e Afro-brasileiros acesse o site www.pucminas.br

Daniela Giovana -
Jornalista e mestranda
em História/UFGM
daniela@irohin.org.br



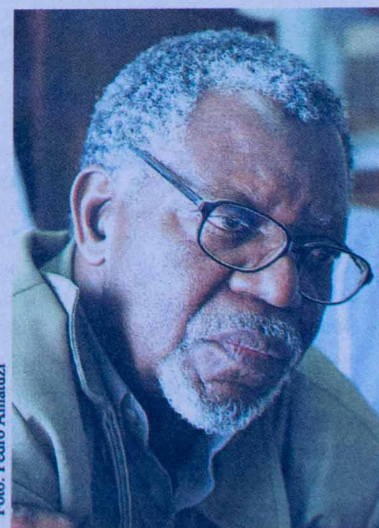
“Sem paixão a gente não faz nada”

Renata da Silva Nóbrega*

Durante pelo menos dez anos, o antropólogo Kabengele Munanga, nascido na República Democrática do Congo (antigo Zaire) e professor titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, foi o único professor negro a lecionar em um programa de pós-graduação em An-

tropologia no Brasil. Kabengele passou dez anos sem participar das reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Em 1996, sua proposta de mesa foi recusada pela organização da ABA. Em 2006, a mesa redonda da qual participaria como palestrante só foi aceita depois de um recurso enviado à or-

ganização da ABA, que inicialmente havia recusado a proposta. No encontro da 25ª Reunião da ABA, realizado em junho de 2006, em Goiânia, Kabengele foi homenageado como “o decano dos antropólogos negros no Brasil”. No dia oito de junho, o professor Kabengele Munanga nos concedeu a entrevista.



Kabengele Munanga

Foto: Pedro Amatuze

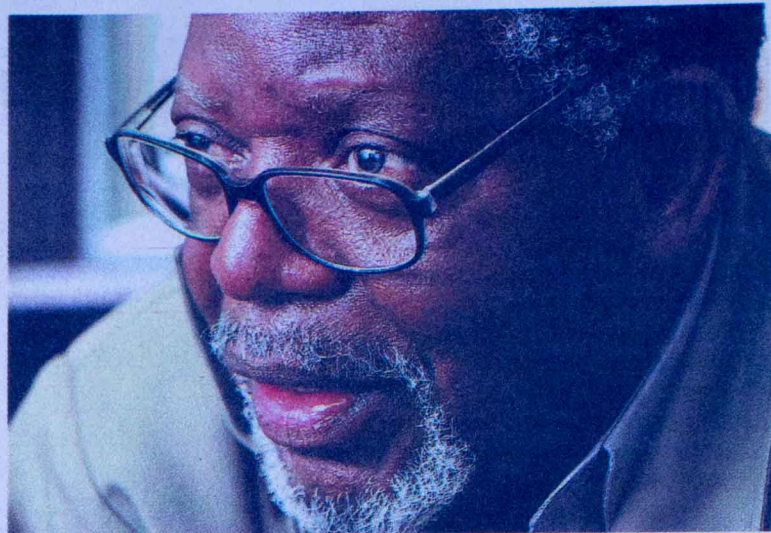
ta que segue abaixo. A entrevista, portanto, é anterior à II CIAD, o que justifica seu comentário sobre as expectativas acerca da Conferência.

Ìrohìn: Vamos começar pela sua história no Brasil: como você veio parar aqui?

Kabengele: Um pouco de aventura, mas não era uma aventura pura porque a Universidade de São Paulo estabeleceu um convênio de cooperação com algumas universidades africanas. Era um convênio entre a USP e o Itamaraty. O Itamaraty pagava a passagem e a USP dava uma bolsa de estudos de dois anos para terminar o mestrado e para o doutorado. Eu vim com uma bolsa de dois anos pro doutorado. Foi assim que cheguei em 75. Em 77 terminei o doutorado. Voltei para minha universidade mas a situação política era insustentável porque naquela época a gente vivia numa ditadura militar e em todas as ditaduras a opinião crítica que vem da academia não é bem-vinda. Além disso, eu já tinha na minha família presos políticos que estavam contradizendo o ditador Mobutu. Então, eu também estava da mesma maneira. E quando vi que não dava mais, voltei ao Brasil depois de oito meses e comecei a dar aula aqui. Comecei na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde dei aula de 79 a 80. Em 80, entrei na USP, onde estou até agora como professor. Creio que vou me aposentar aqui.

Ìrohìn: Como você foi recebido no Brasil? Sentiu dificuldades por ser um migrante africano?

Kabengele: Não, na época eram poucos os africanos. Eram raríssimos. Dentro da USP, os africanos que vinham desse convênio não chegavam a dez pessoas. Lembro que havia duas pessoas da Costa do Marfim, uma pessoa do Senegal, dois do Congo, uma pessoa de Uganda. Então eram poucas as pessoas. Não tinha problemas, mas era aquela coisa: todo mundo se aproximando, querendo saber se já cacei um leão, se tem televisão na África, se tem estradas. Muitos compreendiam África como se fosse um país ou uma aldeia, ou coisa



assim, como sempre. Não mudou grande coisa. Então não tinha nenhum problema. Tinha aquelas idéias pré-concebidas sobre a África. Muitos me perguntavam se eu tocava algum instrumento e quando eu dizia não a pessoa ficava surpreendida porque qualquer africano tem que tocar alguma coisa, porque o negro tem a musicalidade no sangue. Essas coisas que fazem parte do preconceito, que eu chamo de um preconceito que é simplesmente no nível da verbalização, mas que não deixa de ser uma visão preconceituosa sobre a África. É preconceito também misturado com a ignorância. As pessoas ignoravam a África.

Ìrohìn: Agora vamos conversar sobre a universidade. Quantos professores negros existem na

FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP)?

Kabengele: Olha, contando no dedo eu não sei. Não poderia chegar a dez. Claro, o professor Milton Santos [falecido em 2001] fazia parte do contingente de professores negros da FFLCH. Há as pessoas novas que entraram: o professor Wilson Barbosa, que está na História, eu aqui na Antropologia, a Rita Chaves que está nas Letras, novas contratações. A Márcia é mais uma jovem que entrou na Ciência Política. Na minha contagem não chega a dez. Acho que somos oito.

Ìrohìn: E qual é a relação de vocês?

Kabengele: Somos colegas, todo mundo se conhece, têm consciência. Nem todo mundo milita,

mas todo mundo sabe o que é. Não tem uma organização formal, mas existe cumplicidade.

Ìrohìn: E na Antropologia, são quantos os professores negros?

Kabengele: Na Antropologia eu sou o único negro. Não tem outra pessoa.

Ìrohìn: E como é ser um professor negro numa universidade tão "prestigiada" como a USP?

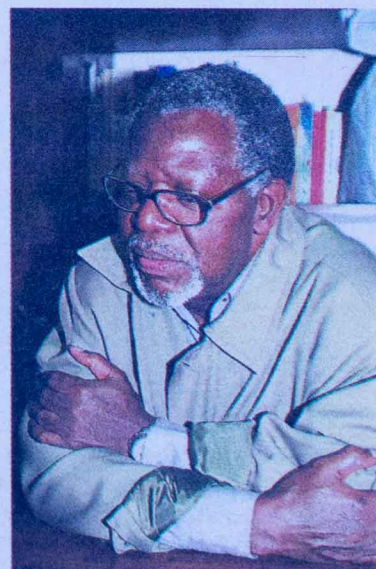
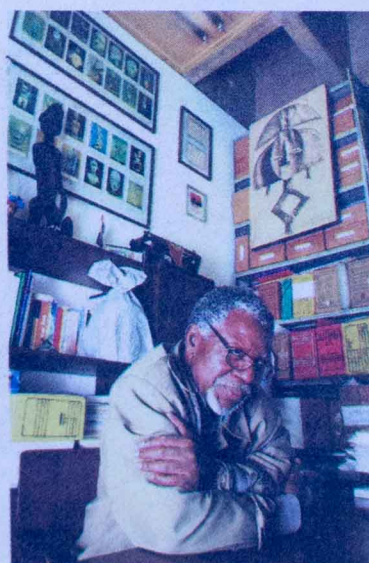
Kabengele: Não sei. Só os outros podem ver o que não vejo. Eu sei que é uma raridade ser um professor negro numa universidade como esta. Não sei como os outros me vêem. Eu me vejo simplesmente entre colegas, trabalhando duro como todo mundo para ser um bom professor, bom pesquisador. Mas você tem consciência de que é uma peça rara num universo particular que é o universo de colegas brancos. É como dizia o professor Milton Santos quando perguntaram se ele já havia sentido racismo ou preconceito na academia e ele dizia que a academia é um mundo de hipocrisia. As pessoas não abrem o jogo.

Ìrohìn: Você enfrentou dificuldades para consolidar sua carreira devido ao racismo?

Kabengele: Não sei dizer. A única coisa que sei é que trabalhei duro. Creio que todos os negros, para chegarem em algum lugar, tenham que dar mais que os colegas brancos. E isso deve ter aberto algumas barreiras que pelo trabalho não teria. Não sei dizer se não há. O fato de ser o único professor negro num departamento de Antropologia que trabalha com a diversidade, onde deveria ter mais representantes dessa diversidade, é uma coisa que surpreende.

Ìrohìn: Há alguma abertura na USP para discutir a questão racial?

Kabengele: Não, não tem abertura. A USP tinha abertura pra pesquisar. Tem pesquisadores que fizeram trabalhos excelentes tanto no campo dos estudos das religiões, da cultura negra, como no campo da história, com muitos trabalhos sobre a escravidão, sobre o tráfico. Florestan Fernandes e a



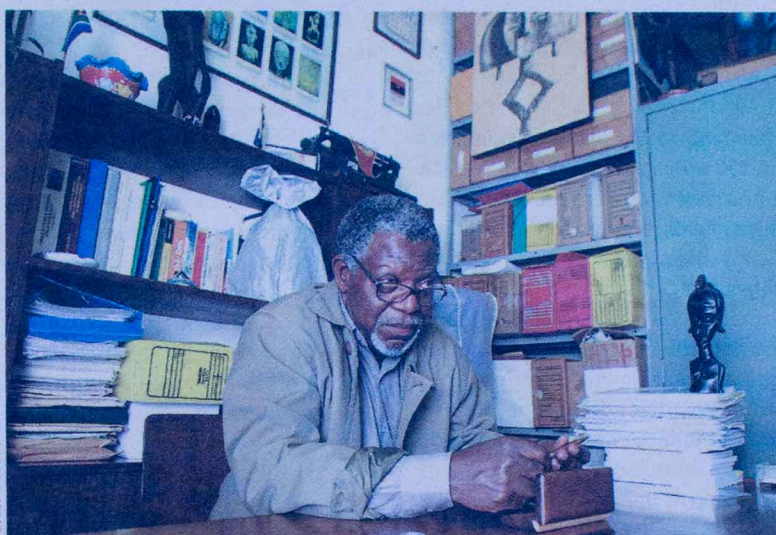
Escola Paulista inauguraram uma linha de pesquisa que desde a década de 1960 trabalha com a questão da mobilidade racial. Eles demonstraram que não se trata apenas de discriminação econômica, mas que há realmente barreiras raciais. A USP fez pesquisas interessantes, em termos teóricos e de pesquisas empíricas, mas não avançou nos problemas da atualidade, que é a questão, por exemplo, da política de ações afirmativas, de cotas. Aí todos ficam presos ao mito da democracia racial. Não vejo avanços.

Ìrohìn: E sobre o INCLUSP? (Programa recentemente aprovado pela USP, no qual estudantes oriundos de escola pública têm um bônus de 3% em suas notas na primeira e na segunda fase do vestibular.)

Kabengele: O INCLUSP, se você já leu o documento pode ver que aquilo é uma grande mentira para mostrar que a USP quer fazer alguma coisa, porque os critérios utilizados não contemplam a questão específica do negro. São critérios que contemplam os excluídos econômicos, mas os negros que reúnem, além da exclusão econômica, a exclusão racial, não foram contemplados no projeto da USP. Não creio que isso vá mudar algo do ponto de vista da inclusão do negro na USP. A experiência vai mostrar isso. Estou convencido de que nada mudará.

Ìrohìn: E na Antropologia, há mais professores que defendem as cotas?

Kabengele: Que eu saiba, não. Pelo menos pelos escritos, não. Há faculdades que tomaram posição radicalmente contrária. Aqui na Antropologia alguns que se pronunciam dizem que a cota vai trazer a raça, que há risco de transformar o Brasil nos Estados Unidos, que teremos conflitos que foram evitados até agora. Não vejo realmente um discurso a favor das cotas, pelo menos no Departamento de Antropologia, que seria, talvez, um dos departamentos mais indicados, porque lida com as questões da diversidade, produz pesquisas sobre isso.



Fotos: Pedro Amatuizi

Ìrohìn: O que você tem a dizer sobre o papel de intelectuais na luta contra o racismo e o papel desempenhado por intelectuais como Peter Fry, Ivonne Maggie e Demétrio Magnoli, que se colocam frontalmente contrários às cotas?

Kabengele: O intelectual é, em primeiro lugar, uma pessoa que produz um conhecimento crítico sobre a sociedade e esse conhecimento pode transformar a sociedade. Como membro da sociedade, ele pode, politicamente, tomar uma posição em favor das mudanças. E esses colegas que passaram a vida deles trabalhando sobre a questão do negro, que denunciaram o racismo, estão contrários às propostas de mudança, contra as propostas de ações afirmativas e das cotas. Eles acham que isso vai mudar o modelo da sociedade brasileira, que é um modelo de convivência racial por causa da mistura racial; que isso vai transformar o Brasil numa sociedade bi-racial, e, como consequência, vai levar o Brasil aos conflitos raciais que jamais conheceu. Nesse sentido, são claramente contrários às cotas. Quer dizer, de um ponto de vista, os negros serviram como objeto de pesquisa mas não servem como sujeitos de mudanças.

Ìrohìn: Como o racismo opera na universidade?

Kabengele: É como eu retoimei aquela frase do professor Milton Santos: a universidade é um lugar de hipocrisia. Os que pesquisaram nesse campo sempre denunciaram o racismo à moda brasileira, mas uma parte grande dos colegas na universidade ainda está presa ao mito da democracia racial. Eles acham que é um problema de luta de classes, problema econômico, a ponto de mesmo aqueles que sempre denunciaram o problema racial dizerem que as cotas devem ser pra escola pública, com brancos e negros beneficiados igualmente. Aqueles que são a favor das cotas não querem fazer diferenciação entre brancos e negros. Eles acham que é a mesma coisa. De novo, uma maneira de voltar ao mito da democracia racial, consciente ou inconscientemente. Creio que o dis-

curso da universidade é um discurso perverso.

Ìrohìn: E a forma como o racismo atua no acesso à universidade?

Kabengele: São todos defensores do mérito acadêmico porque acham que o vestibular tradicional é o sistema mais justo e mais igualitário, que escolhe os melhores, independentemente da cor da pele. O princípio meritocrático é um princípio que obedece à lei do darwinismo social: na luta pela vida, os melhores ganham. Mas quem são os melhores? São aqueles privilegiados que nasceram numa classe média ou alta, que tiveram acesso a uma boa educação. A maioria defende o princípio do mérito acadêmico, da qualidade do ensino superior que as cotas, segundo eles, podem prejudicar. Do meu ponto de vista é totalmente o contrário: você não pode colocar um ponto de partida igual para todos os concorrentes porque o ponto de partida é desigual. O que se mede na realidade não é a potencialidade intelectual, mas a situação social dos concorrentes.

Ìrohìn: Você tem orientado vários alunos no mestrado e no doutorado, estudantes negros...

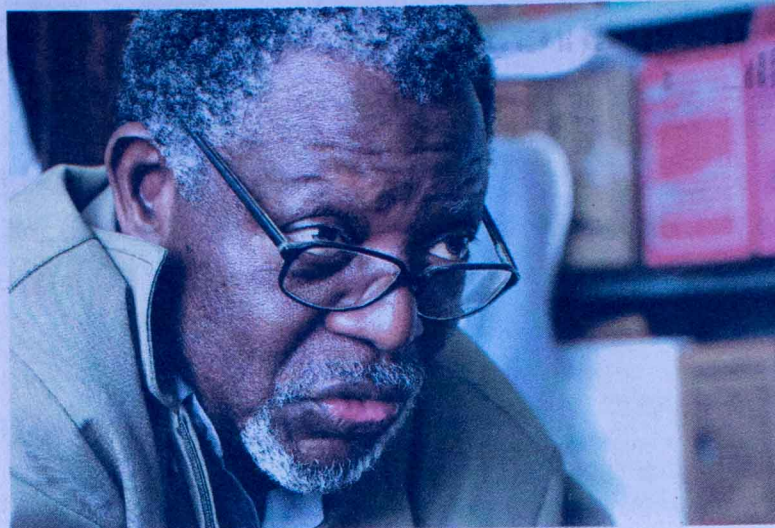
Kabengele: Somando, no total foram seis mestres e vinte doutores. Pouquíssimos negros. Posso contar nos dedos: Jacques D'Adesky, Nilma Lino, Alecsandro, Camila, Taynar, Eliana de Oliveira. Seis ou sete pessoas.

Ìrohìn: Você é convidado para participar de bancas em outras universidades. Tem alguma avaliação sobre a produção desses intelectuais?

Kabengele: Eu acho que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, quantitativamente e proporcionalmente, produziu mais mestre e doutores negros do que a USP, apesar de ser uma universidade paga.

Ìrohìn: E o conteúdo?

Kabengele: Todas essas teses trabalham sobre a questão do negro. São trabalhos excelentes. São várias áreas de pesquisa, sobre religião, literatura, questão de gênero, todos assuntos que dizem respeito ao ne-



gro em várias áreas do conhecimento e linhas de pesquisa que examinei tanto na USP como na PUC, quanto em outras universidades, como a UFBA.

Ìrohìn: Você tem alguma sugestão ou conselhos para pesquisadores negros que querem seguir carreira acadêmica?

Kabengele: Eles devem ter consciência de que a academia não é ausente de preconceitos, que eles encontrarão barreiras na academia, que desqualifica os próprios projetos deles, dizendo que os projetos dos candidatos negros não têm um caráter científico, são incompletos, são emocionais, é isso e aquilo... Isso é uma coisa que vão encontrar na academia, mas nem por isso devem se desmotivar. Têm que lutar, acreditar nas idéias deles. Se alguém desqualificar o projeto, devem pedir crítica, pedir orientação, pedir nova bibliografia, mas sem abrir mão de sua identidade enquanto pesquisador negro. Como que as pessoas me identificam? É difícil alguém ler meu texto e achar que sou branco. No entanto, faço uma análise, mas de um ponto de vista que é a linguagem da vítima. Não dá pra deixar isso de lado. Não dá pra se policiar muito porque a emoção faz parte do processo de conhecimento. A emoção é a irmã gêmea da razão. Não há como separar as duas coisas. A emoção não impede uma análise científica. Pelo contrário, pode até ser um fator de motivação. Sem paixão a gente não faz nada.

Ìrohìn: Você vai participar da II CIAD? Quais são suas expectativas para a conferência?

Kabengele: Olha, não sei o que vai ser aquilo lá. Acho que vai ser mais político que acadêmico. Creio que em todos os encontros científicos internacionais sempre há pessoas que fazem análises interessantes, há pessoas que fazem mais turismo do que análise, há de tudo. No meio de tudo isso, teremos coisas interessantes que ajudam a pensar e coisas que não servem pra nada, como em todas as reuniões.

Ìrohìn: Até agora não foi divulgada...

Kabengele: É. Não vi divulgação. Tá muito politizada, cheia de chefes de Estado, ministros... A face política parece que tem mais peso que os próprios intelectuais. Não deixo de dizer que a participação dos intelectuais brasileiros da diáspora foi minimizada, vejo muito poucos participando. Se é um encontro de intelectuais da diáspora os outros que estão lá preteriram os intelectuais negros que estão aí. Tenho um questionamento que vai por aí. É uma coisa feita a partir de critérios políticos.

Ìrohìn: O jornal Ìrohìn está tentando dar visibilidade a alguns temas ligados aos países africanos. Como você vê a cobertura da mídia a respeito da África?

Kabengele: No geral, a mídia desconhece a África. Há muita ignorância sobre a África. A maneira

de apresentar a África a gente viu nas últimas copas do mundo: os jogadores africanos eram associados aos leões, aos elefantes, coisas assim. Um certo preconceito. Nossa mídia não conhece muito bem a África. Tem um ou outro que são capazes de fazer uma boa reportagem, mas a maioria tem uma visão muito negativa sobre a África. Eu não sei como vai ser a mídia durante a CIAD, porque geralmente os encontros sobre África têm pouca cobertura. Nós tivemos em Brasília a I Conferência Internacional sobre as Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A mídia não fez grande cobertura. Em 1988, houve aqui na USP um congresso sobre a abolição. A mídia não cobriu. Agora, como é uma coisa do Ministério das Relações Exteriores, do Itamaraty com o Ministério da Cultura, que carregam o nome de um governo que está no poder, isso talvez possa levar a mídia a fazer uma boa reportagem. Agora, o que eles vão dizer é imprevisível.

Ìrohìn: Você tem alguma sugestão pro Ìrohìn?

Kabengele: Acho que o Ìrohìn cresceu muito e cresceu bem. O jornal é de excelente qualidade. Eu sou muito preocupado com a sua sobrevivência porque nós o recebemos de graça. Não sei até que ponto vamos continuar recebendo de graça. É um jornal que tem o conteúdo da diáspora, que tem crítica, que tem análise da sociedade, que informa, que esclarece, com essa qualidade. Eu acho que está na hora de talvez encontrar um caminho para as pessoas poderem contribuir com a sobrevivência do Ìrohìn. Isso me preocupa. Claro que se fosse um jornal dirigido aos negros que não têm dinheiro seria diferente, mas eu acho que as pessoas que têm acesso ao Ìrohìn são pessoas capazes de pagar a mensalidade ou a anuidade do jornal. Eu só posso dizer parabéns. O Ìrohìn cresceu muito, melhorou muito.

Ìrohìn: Algo mais?

Kabengele: Eu gosto muito do Ìrohìn. É um jornal que tem a cara, o rosto da diáspora.

***Mestranda em Sociologia (Unicamp).**
renata@irohin.org.br



Professores são acusados de racismo na UnB

Professores da Ciência Política e da Sociologia são acusados de racismo por estudantes. "Eu acho que a gente está tirando a cobertura da poeira que estava embaixo do tapete" (Anita Cunha, uma das estudantes).

Murilo Mangabeira Chaves*

Em 15 de fevereiro, o professor Thadeu de Jesus e Silva ministrava a disciplina Introdução à Metodologia das Ciências Sociais. Nesse dia, quando dissertava sobre o porquê do não desenvolvimento do país, atribuiu às religiões de matriz africana a culpa pela irracionalidade presente na sociedade brasileira, irracionalidade essa que teria prejudicado seriamente o desenvolvimento do Brasil. Disse também que as magias indígenas e africanas são responsáveis pelo subdesenvolvimento nacional por serem crenças de caráter imediatista, portanto dificultaria a construção de uma sociedade com projeto de futuro.

O professor Thadeu também disse que o Brasil teria se desenvolvido, se tivesse sido norteado por valores religiosos dualistas. E para o continente africano? Afirmou que a África teria construído seu desenvolvimento sobre bases mais sólidas se tivesse assimilado os valores cristãos. "Samba de crioulo não usa nem a metade das sete racionalidades encontradas na música clássica." Essa é a opinião do professor a respeito de uma das mais importantes manifestações culturais afro-brasileiras. Sobre a política de cotas, afirmou não acreditar na iniciativa, alegando que o o país precisa implementar uma reforma de base na educação.

Embora proferindo essas frases em sala de aula, Thadeu de Jesus diz que não é racista e sim anti-racista.

Esses e outros pronunciamentos de caráter racista proferidos por Thadeu foram recolhidos em uma carta pelas estudantes Anita Cunha e Juliana Floriano, alunas de sociologia e antropologia, respectivamente, com o intuito de tornar o fato

conhecido por um número maior de pessoas. A carta foi entregue à direção do Departamento de Sociologia para que se pudesse averiguar o caso.

Outro caso de racismo envolve o professor Paulo Kramer e teve início em 24 de abril, quando o professor de ciência política disse, a respeito das políticas de ação afirmativa: "Não adianta dar dinheiro para essa crioula." Segundo o professor, o termo "crioula" foi usado para traduzir a expressão *black under class*, usada nos EUA para se referir à população afro-americana mais pobre. Paulo Kramer disse ainda que sua intenção foi usar expressões que aproximassem os alunos da realidade fora da universidade.

A frase foi proferida na aula de Teoria Política Moderna ministrada aos alunos do mestrado em Ciência Política. O aluno Gustavo Amora, sentindo-se agredido pela expressão utilizada pelo professor, enviou-lhe um e-mail respeitoso dizendo que se sentia desconfortável. Kramer se desculpou e disse que não voltaria a proceder da mesma forma, mas isso não ocorreu. Numa banca de seleção de professores, ao ouvir uma candidata dizer que Maquiavel e Hobbes eram mal compreendidos apesar de suas passagens negras, Kramer interrompeu-a dizendo: "negras não, sombrias... afinal a crioula tá por aí toda de olho... sombrias... essa

crioula...". Após o ocorrido, um grupo de nove alunos da disciplina ministrada pelo prof. Kramer, incluindo Gustavo, se reportou ao Colegiado do Departamento de Política, que confirmou a veracidade dos depoimentos dos alunos. Porém a decisão do Colegiado, que era de punir o professor, não foi levada adiante. Em seguida, na sala de aula, o prof. Kramer voltou a agredir verbalmente os estudantes, inclusive Gustavo, que foi chamado de "Ku Klux Klan negra" e "negro racista", em tom tão exaltado que chamou a atenção de pessoas que estavam fora da sala. Temendo outras re-

presálias e que o caso não fosse devidamente apurado e punido, o grupo de estudantes da Ciência Política, juntamente com Anita e Juliana da

Sociologia, dirigiu-se ao reitor Timothy Mulholland.

No caso do professor Kramer, foi aberto um inquérito administrativo. O Reitor Timothy Mulholland, seguindo recomendação da Procuradoria Geral da UnB, deverá escolher uma comissão de três professores para fazer a apuração do ocorrido.

Na Sociologia, a direção do Departamento eximiu-se de encaminhar qualquer apuração dos fatos relacionados ao prof. Tadeu, dizendo que não pode averiguar quem diz a verdade: as alunas ou o professor. Descontentes com a estratégia de "lavar as mãos", assumida

pelo Departamento de Sociologia, estudantes reunidos no Centro Acadêmico da Sociologia se comprometeram em redigir uma carta de apoio às alunas Anita e Juliana e aos estudantes da Ciência Política.

Nos dois casos, os estudantes concordam que o momento que a UnB atravessa é um momento propício para discutir a temática racial. "Eu acho que a partir do momento em que pessoas negras estão ingressando (na universidade), há grandes possibilidades de uma sensibilidade maior em relação ao racismo, maior abertura para combater esses casos que são frequentes, mas passavam despercebidos", afirmou Juliana. "Quando você está analisando só entre brancos questões ligadas às desigualdades raciais, eles expõem o que eles acham que acontecem com os negros e não dão voz ao negro para que se coloque naquele debate", diz Anita que é cotista.

O Irohìn quis saber o que as duas alunas pensam a respeito da postura dos estudantes da UnB em relação ao tema do preconceito racial. "Não é porque eu sou branca que eu vou tolerar o racismo. Eu sei que eu tenho um limite de luta por ser branca, mas eu acho que ninguém tem que tolerar o racismo. Eu não vou ouvir um caso de racismo em sala e ficar calada, não é aceitável", enfatizou Juliana.

"A pessoa que participa de uma ação afirmativa, tem que participar plenamente desse espaço que foi aberto na universidade, ajudando a construir outra visão das coisas"- Anita, como cotista, fala a seus pares.

*Estudante de Ciências Sociais e ativista do EnegreSer (UnB)



Juliana e Anita



Mãe Andresa - vinte anos de luta e conquistas

Duas décadas de luta pela conquista dos direitos da mulher negra maranhense e brasileira. Essa é a trajetória do Grupo de Mulheres Negras "Mãe Andresa" (GMNMA-MA), que completou vinte anos em junho.

Eloísa Monteiro*

O grupo "Mãe Andresa", criado em 1986, tem a missão de incentivar e fortalecer a organização das mulheres negras, através da formação político-social que permita o empoderamento e a projeção dessas mulheres na sociedade.

"A nossa luta é pela valorização da mulher negra, que frequentemente está sendo alvo de discriminação e violência. Colocá-la como protagonista de sua história na busca pela emancipação política, social, econômica, intelectual, profissional é o nosso objetivo", diz Josanira Rosa da Luz, coordenadora do grupo.

História – O grupo surgiu dentro do Centro de Cultura Negra do Maranhão, primeira entidade do Movimento Negro no estado, quando cerca de dez mulheres militantes perceberam a necessidade de priorizarem as questões relacionadas à mulher negra dentro do estado, uma vez que no Maranhão a maioria da população é negra, e as mulheres negras são um número significativo, e vivem em condição de desigualdade, como no restante do país.

As primeiras discussões foram realizadas com outras mulheres do Movimento Negro, provocando o despertar para o tema gênero e etnia. Em seguida, o trabalho se estendeu para além dos muros da entidade, para as ruas dos bairros onde a população é majoritariamente negra, como Liberdade, Coroadó, Barés, fazendo palestras, rodas de conversa, oficinas temáticas.

Sentindo a necessidade de caminhar com as suas próprias pernas – como já acontecia – o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, resolveu



ter vida autônoma. Assim, no início dos anos 90, se institucionalizou, assumindo estrutura própria.

"Esse novo momento tem sido de desafios, pela própria necessidade de auto-sustentação do grupo, tanto a nível político quanto econômico, com vistas a garantir a continuidade do trabalho de resgate, afirmação e empoderamento da mulher negra", ressalta Concita Cantanhede, coordenadora-adjunta.

Projetos – Na perspectiva de mudança da situação vulnerável por que passa a mulher negra é que o grupo está desenvolvendo o Projeto Ialodê (mulheres donas do seu próprio negócio), onde mulheres das áreas mais pobres de São Luís (como Gapara, Barés e Fé em Deus, Liberdade e Ilhinha) estão sendo capacitadas e qualificadas nos mais variados setores, buscando assim oportunidade no mercado de trabalho e empreendedorismo, conquistando

dessa forma a valorização profissional. Preocupado com o alto índice de gravidez na adolescência, o grupo também desenvolve o Projeto Atitude Jovem, com o objetivo de transformar os adolescentes em agentes multiplicadores e modificadores do meio social em que vivem.

Os desafios são muitos, mas muitas conquistas já foram alcançadas pelas mulheres, tais como a criação da Secretaria Especial da Mulher, em nível federal, da Delegacia Especial da Mulher e dos Conselhos da Mulher, por todo o país, e mais recentemente a criação da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, da Assembleia Legislativa, no estado do Maranhão, e os Planos Nacional e Municipal de Políticas para a Mulher.

Outra grande conquista do grupo foi o lançamento do Centro de Referência de Pesquisa e Documentação da Mulher Negra Sílvia

Cantanhede, que tem por objetivo subsidiar a pesquisa sobre a história da mulher negra no estado, no Brasil e no mundo. O nome do Centro é uma homenagem a uma das fundadoras do grupo, falecida há quase cinco anos, e que dedicou grande parte de sua vida à luta pelos direitos da mulher afro-maranhense. Também houve a inauguração da Secretaria Executiva do Projeto Mulher e Democracia, que tem por objetivo fortalecer a representação política da mulher no Parlamento e é realizado em parceria com a Casa da Mulher do Nordeste, da Fundação Joaquim Nabuco e Centro das Mulheres do Cabo, organizações sediadas em Recife (PE).

A Origem do Nome

O nome do Grupo é uma homenagem às mães-de-santo, mulheres negras que com seu poder espiritual tiveram presença marcante na cultura brasileira e na resistência do povo negro. Faz uma referência especial a **Andresa Maria de Sousa Ramos - Mãe Andresa** – quarta mulher a chefiar a Casa das Minas, um dos mais antigos terreiros de mina do Maranhão. Em sua gestão, a Casa atingiu seu apogeu.

***Professora, jornalista e integrante do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa.**

GMNMA – Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa. Rua do Alecrim, 546 - Sala 12, Centro. 65010-040 São Luís - Maranhão

Telefax : (98) 3221-4203

maeandresa@zipmail.com.br ,
maeandresa@ig.com.br



Um admirável mundo novo? As biotecnologias e a modificação da existência

*A principal transformação da era das biotecnologias é, e será,
o desaparecimento da ética*

Jurema Werneck*

A série de artigos que o *ÍrohîN* publica sobre o tema biopolítica continua. A biopolítica trata das novas tecnologias genéticas e suas repercussões sobre os interesses, desejos e direitos de indivíduos, grupos e de toda a humanidade. Nosso objetivo aqui é permitir que aquelas e aqueles envolvidos na luta contra o racismo possam incorporar novas perspectivas e novos elementos. Ou seja, diante das novas fronteiras que o racismo atravessa, é preciso que nós nos preparemos para atualizar análises e conhecimentos. E, desse modo, permitir que a luta vá mais adiante.

Chamamos a atenção aqui para um aspecto das biopolíticas que tem sido pouco considerado. São os impactos culturais destas tecnologias. Definindo cultura como modo de vida, visão de mundo, jeito de ser e pensar de grupos e povos.

Até que ponto nossa forma de ser e de ver o mundo poderá ser alterada a partir das modificações dos processos biológicos da existência? Modificações essas produzidas em laboratórios, segundo o gosto do mercado.

Não é de hoje que o mercado e suas relações de compra e venda e sua hegemonia de interesses influenciam a vida da população negra de forma contundente. Afinal, a escravidão de africanos representou a realização de interesses econômicos. E, de quebra, a violenta submissão de povos a esses interesses. O racismo foi elaborado depois, para dar uma justificativa moral, ética e até científica a esta dominação.

Por outro lado, sabemos da capacidade de adaptação e de resistência que as culturas africanas e afro-descendentes já provaram possuir, frente às diferentes ideologias e éticas predadoras. E é a esta capacidade que devemos recorrer nos dias atuais, em que a

tecnociência, ou seja a ciência que é desenvolvida já com interesses práticos diretos, avança (em todos os sentidos da palavra) para a modificação do mundo.

São métodos, técnicas, preceitos e até artes e filosofias que são desenvolvidas para dar suporte à realização do desejo de um grupo de pessoas (majoritariamente homens, brancos, dos países ricos do mundo) de controle total sobre a existência. E, para que este controle total seja possível sobre humanos, animais, plantas e tudo mais que existe, este pequeno grupo de seres humanos entende que é necessário alterar os atuais parâmetros que fazem a vida e a existência (e nós mesmos). Muito da forma com que lemos e interagimos com o mundo hoje está sendo, e poderá ser mais ainda, modificada.

Veja bem alguns exemplos: A tecnociência atual altera nossa concepção de tempo. Pois se amparada nas possibilidades de tecnologia, principalmente na velocidade dos computadores, reduz o tempo que existe entre as decisões, os processos e seus efeitos. Antes, para nós, só Exu era capaz de tanto. E a velocidade da tecnociência não permite retorno, retrocesso, recuos. Uma vez que a alteração genética, bioquímica ou física na matéria ou no humano se desdobra em velocidade tal que não há possibilidade de revisão. E mais, aniquila com o tempo cíclico, presente na cultura afro-brasileira, em que os acontecimentos se sucedem num giro, um xirê, a roda em que os momentos passam e retornam, em que o fim se encontra com o começo, num movimento infinito.

O outro lado da moeda é a alteração de noções de espaço. Ou seja, radicaliza ainda mais o quadro atual, em que a tecnologia permite uma conexão entre causa e efeito a partir de sua definição virtual. E é no espaço virtual onde as transformações acontecem, onde o futuro é projetado. Em re-

lação ao ser humano, busca desenvolver alterações a partir da afirmação de que o ser como existe hoje é imperfeito e obsoleto. Incapaz, por sua própria constituição, de responder às necessidades que a pós-modernidade apresenta. Então, sob a tecnociência, um outro ser estaria próximo de ser criado, um pós-humano. Que poderia ser o resultado de uma nova eugenia, uma tecno-eugenia, como dizem alguns, de um "melhoramento" racial. Ou então o produto da tecnologia robótica, que receberia contribuições da biologia, um ciborgue.

Sobre a matéria, as bases concretas da existência física e química, as novas biotecnologias propõem um aprofundamento do olhar utilitarista e intervencionista onde, através da nanotecnologia, ou seja, da manipulação de partículas extremamente pequenas, se poderiam alterar processos e sistemas físicos, químicos e biológicos. Podendo, inclusive, alterar as feições da existência.

Quanto aos demais seres vivos, especialmente animais e plantas, a biotecnologia atual considera inútil frear seus processos de extinção, destruição e poluição. O que se tem feito é a coleta de amostras de DNA de animais, sementes e plantas e seu armazenamento nos países ricos, para utilização depois que os espécimes originais desaparecerem. Não para refazê-los. Mas para, a partir de suas características especiais, desenvolver novos processos e possibilidades úteis ao pós-humano.

No campo das relações sociais, o atual estágio de produção das biotecnologias projeta um tipo de diferença, de diversidade irreconciliável entre os seres. Uma diferença hierarquizada, onde o pós-humano seria o ser superior, com o poder de controlar o futuro e seus processos. E nós, parte de uma humanidade imperfeita,

vista como periférica, obsoleta e ineficiente, poderemos desaparecer.

A existência, seu conceito e poder já estão sendo transformados. Reduzidos a frações de informações, seja genética, seja química, física ou digital, que podem ser manipuladas, vendidas, guardadas, reprogramadas, segundo as necessidades e interesses, comerciais e eugênicos na maior parte dos casos, do pequeno grupo que as controla.

E, finalmente, o campo da ética. A principal transformação da era das biotecnologias é, e será, o desaparecimento da ética. Já que atualmente ela é vista por muitos como desnecessária neste mundo humano em vias de extinção, ou de autodestruição. O fim da ética já está em curso, uma vez que, nas bancadas dos laboratórios, nas decisões econômicas de investimentos biotecnológicos, a relação entre causa, consequência e responsabilidade já há muito foi rompida.

A metáfora muito comum nestes tempos de tecnociência e de novidades biotecnológicas é a do trem bala. Extremamente veloz, este trem carrega em seu interior um pequeno grupo de humanos que tem o poder de controlar os processos da existência. Este trem segue e a maior parte dos humanos está do lado de fora. Há, entre os que estão do lado de fora, aqueles que tentam pular no trem. Mas trata-se do trem bala e é impossível pular. Há aqueles que sabem que aquele zumbido em seus ouvidos foi o trem bala que passou. Mas ele passou. Há ainda aqueles que nem sabem que o trem bala existe, que ele passou, que tem gente dentro e que só ele vai para o futuro. Futuro de onde nós teremos desaparecido.

* Médica, doutoranda em Comunicação e Cultura na ECO/UFRJ, coordenadora de Criola.



Os mecanismos de acompanhamento da Declaração e Programa de Ação de Durban

Na abertura da Conferência Regional das Américas, em Brasília, no dia 26 de julho, Edna Roland disse que as Nações Unidas precisam atribuir a Durban o mesmo peso dado às outras conferências mundiais, para que recursos financeiros e técnicos possam ser disponibilizados pelas agências e programas especiais.

*Edna Roland**

Gostaria de saudar os integrantes da mesa, com um agradecimento especial à ministra Matilde Ribeiro, bem como ao embaixador Juan Martabit, representante do governo do Chile, e aos representantes do Comitê Internacional, a quem agradecemos pelo esforço para que esta conferência de avaliação dos avanços feitos 5 anos após Durban pudesse se realizar. Saúdo também os demais representantes de governos e da sociedade civil, bem como os convidados que, com a sua presença e participação, tornam possível mais esta etapa na longa trajetória para que a comunidade internacional possa prestar contas do que fizemos e do que resta por fazer.

O Programa de Ação de Durban prevê como mecanismo de acompanhamento da implementação da Declaração e Programa de Ação a indicação de um grupo de 5 especialistas eminentes, um de cada região do globo. Além deste grupo, cujos integrantes foram nomeados pelo secretário-geral Kofi Annan, a partir de indicações dos blocos regionais, foram também criados dois outros mecanismos de acompanhamento: o Grupo de Trabalho Intergovernamental, integrado por representantes dos países, e o Grupo de Especialistas sobre Afro-descendentes, integrado também por 5 especialistas, um de cada região.

O grupo sobre Afro-descendentes foi criado como um resultado do processo da Conferência Mundial, concretamente a partir da Conferência Regional de Santiago, reconhe-



cendo as Nações Unidas pela primeira vez a existência de um grupo de vítimas do racismo constituídas pelos Afro-descendentes, termo que foi institucionalizado inicialmente para designar os descendentes de africanos nas Américas, tendo depois da constituição do Grupo de Trabalho ampliado a sua abrangência para todos os descendentes da Diáspora Africana.

Da mesma forma que o Grupo de Trabalho Intergovernamental, este grupo desenvolveu um trabalho temático, em que foram analisados os problemas enfrentados pelos Afro-descendentes em relação a diversas áreas. Nas conclusões deste grupo enfatiza-se a necessidade da sistematização de dados estatísticos fidedignos e desagregados por raça/etnia, que permitam a avaliação periódica da situação das

pessoas e grupos vítimas do racismo, nos quais se incluem os Afro-descendentes. O Grupo de Trabalho reitera a necessidade de os Estados garantirem o desenvolvimento e aplicação das medidas de ação afirmativa para acelerar o alcance da igualdade, acompanhadas de mecanismos de supervisão e avaliação rigorosos a nível nacional para se estimar os progressos realizados, a eficácia de tais medidas e a identificação das boas práticas. Tais medidas devem fazer parte dos planos de ação nacionais, que permitiriam avaliar os progressos alcançados no nível das regiões.

Dentre as principais recomendações, o Grupo de Trabalho sobre Afro-descendentes enfatiza a inclusão da perspectiva dos Afro-descendentes nos planos para a consecução das Metas do Milênio, destacan-

do-se a implementação dos parágrafos 1 e 5 do Plano de Ação, que recomendam medidas aos Estados para erradicar a pobreza nas regiões que são habitadas predominantemente pelos Afro-descendentes, onde se devem concentrar novos investimentos no sistema de saneamento, educação, saúde pública, eletricidade, água potável, controle ambiental e outras medidas de ação afirmativa. Da mesma forma, as instituições financeiras e de desenvolvimento e programas operacionais das Nações Unidas devem levar em conta o parágrafo 8, que recomenda atribuir prioridade especial e destinarem recursos financeiros suficientes para a melhoria da situação dos africanos e dos Afro-descendentes.

O Grupo também enfatiza a necessidade de os Estados levarem em conta as dimensões da discriminação racial relacionadas ao gênero, e a necessidade de se incorporar a perspectiva de gênero aos programas de combate ao racismo, buscando potencializar o papel das mulheres Afro-descendentes, inclusive facilitando o acesso a créditos e subsídios.

O Grupo sobre Afro-descendentes considera que é fundamental que os Estados sistematizem dados desagregados por raça/etnia sobre a participação política dos Afro-descendentes, buscando desenvolver iniciativas para aumentar a sua participação nos processos de tomada de decisão nos países. Da mesma forma recomenda que os Estados elaborem programas obri-

gatórios de formação e sensibilização contra o racismo que promovam o pluralismo cultural e a diversidade, destinados aos funcionários do Estado, para aumentar o entendimento entre as culturas e fomentar a representação e a participação dos Afro-descendentes nos processos políticos. O Grupo de Trabalho exorta os Estados a garantir a incorporação do tema da discriminação racial pelos partidos políticos nos debates e programas políticos nacionais.

Quanto ao Grupo de Especialistas Eminentes Independentes para a implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban, o seu mandato é auxiliar o Alto Comissariado de Direitos Humanos a preparar o informe anual a ser apresentado ao Conselho de Direitos Humanos e à Assembleia Geral, e avaliar as normas e instrumentos internacionais existentes atualmente contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias.

O Grupo de Especialistas Eminentes foi nomeado em junho de 2003 e realizou duas reuniões, uma em 2003 (pouco depois do atentado que vitimou o Alto Comissário Sérgio Vieira de Mello e outros funcionários no Iraque), e outra em 2004. Apesar dos esforços da Unidade Antidiscriminação, não foi possível viabilizar uma data em que a maioria dos membros pudesse se reunir em 2005. Dentre os pontos

ênfatisados e as propostas apresentadas destacam-se: a importância de se fomentar uma cultura de estrito cumprimento, para preencher as lacunas entre o direito, as resoluções e sua aplicação; a necessidade de ratificação universal da Convenção Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial; a necessidade da observância de todos os tratados internacionais de direitos humanos no combate ao terrorismo; o desenvolvimento de um Índice de Igualdade Racial para medir as desigualdades raciais existentes, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD; esforços redobrados em relação à educação, que é não só uma ferramenta essencial para promover o respeito mútuo e a tolerância, mas oferece às vítimas da discriminação uma oportunidade de sair do estado de marginalização; a necessidade de os Estados destinarem recursos suficientes nos orçamentos nacionais para o combate ao racismo, fato que deve ser seguido também pelo secretário-geral e pelas agências doadoras, para garantir a implementação de Durban; apoio à estratégia integrada da Unesco de combate ao racismo e à criação da Coalizão Internacional de Cidades contra o Racismo.

O Conselho de Direitos Humanos, que substituiu a antiga Comissão de Direitos Humanos, renovou o mandato do Grupo Intergover-

namental por três anos e o mandato do Grupo de Trabalho sobre Afro-descendentes e do Grupo de Especialistas Eminentes por um ano.

Conforme afirmado pelo Programa de Ação de Durban, o principal problema no combate ao racismo e à discriminação racial é a falta de vontade política, que resulta na insuficiência ou ausência de recursos, financeiros, técnicos e administrativos para interromper o ciclo vicioso do racismo institucional que mantém as vítimas do racismo presas a uma engrenagem que se apresenta como quase impossível de ser vencida e superada. Diferentemente do que supõe o senso comum, a *intelligentia* hegemônica nos países da nossa região e a maioria dos nossos governantes, o inimigo que temos que derrotar não é pobreza. A pobreza é apenas o sinal da sua presença. A pobreza é apenas o resultado da sua ação, sorrateira ou explícita, a hierarquizar seres humanos, a definir o valor desigual de cada um, a estabelecer a esperança de vida, a qualidade da vida e da morte de cada um.

A luta contra a discriminação racial tem sido um dos mandatos fundamentais das Nações Unidas desde a sua fundação. Apesar dos esforços realizados, dos quais esta conferência é um sinal, resta muito por fazer. É necessário que a agenda de Durban, da mesma forma como foi realizado em relação à agenda de

Beijing, seja incorporada por todas as agências do sistema ONU na implementação dos seus mandatos, é necessário que a agenda de Durban faça parte das condições para que recursos financeiros e técnicos possam ser disponibilizados pelas agências financeiras e programas especiais. É necessário que a comunidade internacional dê a Durban o devido destaque e a descriminalize, e a distinga de eventuais excessos cometidos em Durban pelo documento da sociedade civil. É necessário que as Nações Unidas atribuam a Durban o mesmo peso dado aos documentos resultantes de outras conferências mundiais e proceda promovendo avaliações em todas as regiões do globo, que culminem com uma avaliação global dos avanços e obstáculos nos nossos esforços para que se elimine o racismo e a discriminação racial na esfera das relações pessoais, institucionais e internacionais, e possamos um dia relembrar – com alívio – os tempos sombrios em que o destino dos seres humanos era determinado pela cor da sua pele, pela aparência dos seus rostos, pela sua origem nacional, pelas suas práticas e crenças.

***Membro do Grupo de Especialistas Eminentes Independentes para a implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban, das Nações Unidas.**



Ganhador do Prêmio Érico Vannucci apresenta pesquisa sobre cultura afro-brasileira

O cotidiano dos homens e mulheres que vieram da África como escravos para o Brasil, fixados no Recôncavo Baiano, suas origens, ocupações e o resultado da investigação sobre o Candomblé da Cidade de Cachoeira foram contados pelo pesquisador baiano e ganhador do Prêmio Érico Vannucci de 2006, Vilson Caetano de Souza Junior, durante a Conferência "Nagô - A Nação de Ancestrais Itinerantes", realizada na 58ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Florianópolis.

O pesquisador baiano iniciou sua pesquisa procurando provar a presença africana na cidade de Cachoeira, localizada no Recôncavo Baiano. Para isso, realizou inventários, mapeou os escravos que por lá viveram, colheu depoimentos de pessoas mais idosas e visitou terreiros de Candomblé.

Entre as principais conclusões do trabalho, Vilson constatou que, nesta cidade de quase 31 mil habitantes, há uma família biológica, onde todos são parentes consanguíneos (semelhante ao modelo encontrado no Continente Africano), que os escravos formaram um modo de vida próprio e que as tradições aqui encontradas estão ligadas às antigas praticadas na África no período do comércio de escravos.

"Nagô - A Nação de Ancestrais Itinerantes" foi o tema da tese de doutorado de Vilson Souza Júnior, defendida na UNESP e que se transformou em livro. O pesquisador recebeu bolsa do CNPq tanto para o mestrado quanto para o doutorado.

O Prêmio Érico Vannucci Mendes é uma parceria entre Marta Vannucci, mãe do pesquisador Érico Vannucci, o CNPq e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Instituído em 1988, o prêmio tem o objetivo de estimular o estudo da cultura brasileira em todos os seus aspectos, promovendo a valorização e a conservação dos conhecimentos já tradicionais e os que vêm sendo incorporados ao longo do tempo, assim dando continuidade ao trabalho do pesquisador Vannucci. (Assessoria de Comunicação Social do CNPq.)



Zinedine Zidane - a persistência identitária

Não se trata do reconhecimento de uma herança cultural da qual se tem orgulho e que se quer preservar, mas da ressalva que está na raiz da discriminação e da desigualdade de oportunidades

Amaranta César*

Domingo, dia 09 de julho, as nuvens que cobriram o céu durante todo o dia se dispersavam, o sol aparecia, crianças jogavam bola no parque e indianos cantavam mantras na praça em frente à prefeitura do bairro. Um lençol branco era estendido na parede do bar onde um projetor de vídeo disputava um espaço no balcão com copos de chope e de vinho branco. Uma senhora negra explicava de que era feita a comida que vendia nas duas grandes painéis postas em cima do banco da praça para uma moça que chegava ao encontro dos amigos. Uma menina branca debruçada na janela estendia o olhar perdido sobre uma bandeira *blanc, rouge et bleu* (branca, vermelha e azul). "*Allez les bleus!*", gritavam duas menininhas negras que corriam à frente do pai. A rua ia ficando estranhamente vazia, os poucos carros que circulavam também tinham pressa e a pouca gente que ainda se via apressava o passo. No café da vizinhança, dos três simpáticos irmãos franco-argelinos, não se ouviam as vozes dos homens de rostos bem talhados que normalmente enchem o ambiente; só a televisão falava no fundo do salão. Já eram quase oito horas e a França se preparava para entrar em campo.

Há alguns anos não se podia imaginar que um dia, na França, o futebol seria capaz de fazer as pessoas, como se disse aqui exaustivamente, "sonharem tanto". Mas em 1998 essa equipe multirracial fez o país desfilar milhares de bandeiras tricolores e dizer mil vezes "*merci*" ao maestro franco-argelino, Zinedine Zidane, pela primeira estrela da camisa da seleção. Foi nesse ano que as cores

de uma "outra" França, essas mesmas cores que pintam o bairro onde moro, o 19^{ème} arrondissement de Paris, estamparam-se para o mundo e para o próprio país. A Copa do Mundo, com esse poder mágico de unificação temporária, com essa, por vezes patética, capacidade de insuflar o que um comentarista chamou de « nacionalismo suave », explicitou, através da escalção do time de futebol francês, a diáspora africana e a formação étnico-racial da França pós-colonial – talvez seria mais correto dizer colonial, visto que a França tem sob seu domínio *Guadalupe*, Martinica, Guiana e Reunião, territórios situados na África e nas Américas, cujo estatuto de "departamento ultramarino" não nos impede de pensar em colonização. O fato é que o time *black, blanc, beur* (negro, branco, árabe), como ficou conhecida a seleção francesa a partir de 1998, quando conquistou a Copa do Mundo derrotando o sempre favorito Brasil, entrou para a história do país, sobretudo como marco da dita « integração » ou mesmo da luta contra o racismo.

No entanto, como era de se esperar, o « efeito Copa do Mundo » não durou mais do que as comemorações da vitória e não se estendeu a outros campos a ponto de reverter a prioridade dos *blancs* na disputa por um emprego e por uma

moradia, ou dos *blacks* e *beurs* na revista policial. Curiosamente, eu, que em 1998 só conhecia Zidane como o algoz do Brasil, conheci a fama da seleção *black, blanc, beur* em 2005, quando ela já tinha se tornado um mito, durante as « revoltas de novembro » em que os jovens das periferias de Paris e de outras grandes cidades da França queimaram centenas de carros em reação às provocações de Nicholas Sarkozy, ministro das Relações Exteriores do governo de Jacques

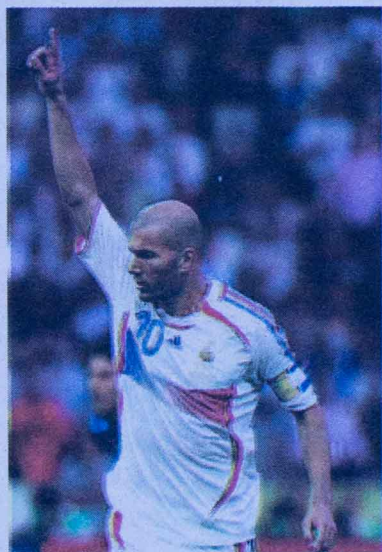
Chirac, conhecido por sua política repressora e suas declarações fascistas. Nesse momento, quando o país tentava controlar e entender o que acontecia, a imprensa promovia debates e retrospectivas do que se interpretava como um "fracasso da integração". Foi nesse contexto, em que os carros

queimados apontavam para os mecanismos da "desintegração", que a copa de 1998 e a seleção multirracial da França eram evocadas como a utopia perdida, como a fantasia de uma democracia publicitária.

Os jovens se diziam exaustos de serem tratados como estrangeiros no país em que nasceram e exibiam a carteira de identidade francesa como quem desafia a exclusão imposta, apontando para o racismo que persiste na polícia e nos em-

pregadores (a taxa de desemprego chega a mais de 50% nos bairros da periferia, chamados de "bairros difíceis" ou "zonas sensíveis", cuja maioria da população é originária da África negra ou do Magreb – norte da África). Eles exigiam o reconhecimento integral de sua nacionalidade, a despeito de suas "origens". A "origem" está no cerne do discurso identitário desses jovens e de suas reivindicações, mas talvez não como imaginemos. É que um negro ou árabe francês raramente é tratado simplesmente como um francês; sua nacionalidade vem normalmente acompanhada de sua "origem", e sublinhá-la é o mecanismo de quem quer preservar uma certa "pureza", correlativa a uma certa ordem. Não se trata do reconhecimento de uma herança cultural da qual se tem orgulho e que se quer preservar, mas da ressalva que está na raiz da discriminação e da desigualdade de oportunidades.

Por isso, em 2006, a euforia e o prazer de ver a seleção francesa, cujos craques são negros e mestiços de Guadalupe e da Guiana Francesa, cujo grande herói é um filho de imigrantes argelinos, não superavam a consciência amarga da derrota fora das arenas da FIFA. E a estréia morna da França nessa Copa do Mundo, que suscitou previsões de um percurso muito mais curto do que aquele a que assistimos, abriu espaço para declarações como a do candidato à presidência, da extrema-direita nacionalista, Jean-Marie Le Pen, segundo o qual o time não é representativo da população francesa porque tem negros demais. Monsieur Le Pen, a quem posteriormente se juntou a extrema-direita italiana para celebrar a vitória da



"identidade italiana" contra a equipe da França, que no lugar de "franceses de origem européia" tem "negros, islamitas e comunistas", incomoda-se ainda com os jogadores que não cantam o hino belicista nacional. Mas, a despeito de todos os "esforços de integração", continua sendo muito difícil imaginar um filho de argelinos cantando a Marsellaise, assim como é difícil para alguns meninos das « zonas sensíveis » levantar a bandeira da França e não a da Argélia após cada vitória do time.

De todo modo, as provocações de Jean Marie Le Pen parecem ter redobrado a força da equipe, o que obrigou boa parte da imprensa a rever suas previsões derrotistas. E Zidane, que até o jogo contra a Espanha não passava de um grande jogador a caminho da aposentadoria, já sem o fôlego de outrora, viu seu caminho para o Panteon ser preparado pela mídia internacional. A disputa pela conquista do bicampeonato remontava ao ano de 1998, e a festa já estava preparada no Arco do Triunfo, onde se projetou a imagem dessa "outra" França sob a batuta do maestro Zidane. « Zidane para presidente » era o grito da multidão que se projetava sobre o grande arco, apagando na-

quela noite a ausência de *blacks e beurs* no Senado, na Câmara.

No entanto, a euforia dessa trajetória surpreendente não parece mais capaz de acender novas utopias. A Copa tirou do centro das atenções o avanço da política de imigração de Nicholas Sarkozy, que entre outras medidas prossegue com seu plano de expulsão de crianças escolarizadas e de suas famílias clandestinas, enquanto a seleção da França conquistava suas partidas. Mas o desemprego, o racismo e a desigualdade de oportunidades não suplantam o « bom exemplo » de Zidane, ainda que os meninos dos tantos "bairros difíceis" semelhantes ao Castellane, periferia de Marseille onde nasceu o ídolo, apostem no futebol como uma fórmula para « sair dessa », como se tem o hábito de dizer por aqui.

De todo modo, era domingo, dia da final da Copa do Mundo, e a França se preparava para mais uma vitória histórica de sua equipe multirracial, sob a regência de Zinedine Zidane, eleito pela mídia como "o antídoto" de uma Copa sem paixão, nem heróis - ou de heróis transnacionais cujas camisas portam os nomes das grandes marcas ao lado dos símbolos das nações.

E eis que o maestro encerra sua trajetória de maneira surpreendente, com um golpe de cabeça preciso, brutal, contra o peito do zagueiro italiano. "Imperdoável", disseram alguns. "Isso não! Sobre tudo, não na frente das crianças!", disseram outros, embalando a lamentação de uma lenda que "se destruiu sozinho", a poucos passos da consagração. E quando o coro do lamento aumentava, desfazendo-se a imagem publicitária da paz social, as vozes dissonantes levantaram-se para dizer: "um gesto sublime", "um golpe de cabeça que o conduziu de volta ao mundo dos humanos".

O fato é que Zinedine Zidane poderia ter ignorado as provocações do italiano e ter seguido seu caminho rumo à consagração, encerrando sua carreira como rei, semideus, ao lado de Pelé. Mas ele ponderou, deu meia volta e consagrou-se entre os homens, talvez ao lado de Maradona, pulverizando sua própria lenda e arranhando a imagem publicitária de uma Copa que encampou uma campanha contra o racismo, expondo as rasuras da Europa pós-colonial. Deus caído, Zidane, o filho de imigrantes argelinos, menino pobre, da periferia, muçulmano não-praticante - como ele mesmo se define -, não deu à

França a ocasião para bordar uma outra estrela na sua camisa, mas redefiniu sua história entre os tantos argelinos, mulçumanos, africanos que deixam o campo antes da hora.

Se, na década de 1960, Franz Fanon afirmava que foi preciso um policial morto para que um francês percebesse um argelino, em 2006, os jovens da periferia declararam saber que foi preciso marcar um gol na Copa do Mundo para que um francês de origem argelina, como Zinedine Zidane, fosse reconhecido como francês. E finalmente, foi um golpe de cabeça, a suposta injúria racista que a motivou e a repercussão no discurso da extrema direita italiana e francesa que fez "ressuscitar" sua "origem" argelina e seu passado na periferia. Não deve ser por acaso que, numa das entrevistas em que esclareceu as motivações do seu golpe final, Zidane anunciou seus planos de aposentadoria: voltar à Argélia para reencontrar sua identidade.

***Mestre em Comunicação (UFBa.), atualmente cursando o doutorado em cinema e audiovisual na Sorbonne Nouvelle, em Paris.**



Pirotecnia

Mário Augusto Medeiros Ramos*

Vuuuuuuush!
Vuuuuuuush!
Vuuuuuuush!
Vuuuuuuush!
Na dela disse que vai chover. Não acredito. Na dela mente às vezes. Às vezes eu acho que ela é muda. Mas não é. É nada. Ela só fica na dela, como é o nome. Não sei seu nome. Na falta de um de batismo, é Na dela mesmo. "Vai chover", ela disse. Agourar. Querendo melar tudo. Chover nada. Vai

dar. Vai dar. Na dela tá errada. Olha só o céu. Olha só. Escurinho, escurinho. Com estrela até. E Na dela? Ficô. Ficô. Num quis vim. "Vai chover", ela disse. Como se tivesse opção.

Vuuuuuuuuuuuuuuush! Vuuuuuuush! Vuuuuuuush! Sinal fechô. Vamo lá. Tocha acesa. Vamo lá! Cada um pega um lado. Eu fico nesse. Lá embaixo tão Os Dois. Os Dois limpam os vidros. Parece que brincam até. Sempre sorrindo. "Vai

chovê!" Falou, Na dela. Cansei de dividir o pão. Se chovê ou não, cê vai se fudê. Não vai ter proteção. Hoje apanha. Falei: Vem comigo. Não. Como se tivesse opção.

Os Dois se deram bem. Con-tei quatro carros. Às vezes eu acho que queria pegar um rodinho desses. Fácil. Mas não. Não gosto de me molhar. E rio pouco. Se chegá mau-humorado, cara amarrada, nego acha que é assalto. E se tivé armado? E se acelerar? Fodeu. Não.

Os Dois é que sabem. Sempre sambando, sempre sorrindo, brincando com as espumas. Cumé que vai, seu delegado? Sempre na mesma. Todo mundo é delegado pr'Os Dois. E são rápidos. Eu não gosto de me molhar.

Na dela...Quê que ela tá pensando?

Na dela acha que a vida é bela, só porque vê na TV. Vida é besta. Vida é bosta. Na dela: Hoje não. Hoje não. Vai entrar no pau e

31

CONTO

não quero nem ouvir gritá. Não chegou sem dinheiro? Então. Onde teve? Ah, não sabe? Pois então... Como se tivesse opção. Acha qué madame? Acha que pode? E eu sou otário agora! Não. *Na dela* precisa aprender.

Os Dois já terminaram. Minha vez. Sinal fechô.

Vuuuuuuuush!

Vuuuuuuuush!

Vuuuuuuuush!

Vuuuuuuuush!

Tem palhaço que acha que é circo. E não é. Eu gosto das luzes. Bem perto da cara assim. Queimou uma vez, mas não é nada não. Trudia passou um e gritô: "*Boitatá! É, Boitatá!*" Pegô. Filho da puta passou rápido, gritô e pegô. É assim que me chamam. Sei lá que porra é essa. Trudia... já faz tanto tempo. Tanto tempo que fiquei *Boitatá* que nem sei. Tô com três. Os paus tão acesos. Um fica no meio, batido pelos outros dois. Bom é quando tá assim, de noite noitinha. Os fogos parece que rasga a noite. E os carros fica tudo prá me assistir, assim assim. Às vezes, a luz cega. A luz deles, dos carros. Neguinho buzina, xinga a mãe, diz que vai passá por cima. Tem gente que entende. Aí eu paro e passo entre os carros. Ganho uns trocados. Tem sempre que ficar esperto, pro vermelho sair pro verde e um tchum! E filho da puta aproveita prá te ver no aperto. Mas eu não.

Na dela acha que tem opção. É isso ou viração, putaria. E isso ela não quer não. Vendê bala, não quer. Limpá vidro, não quer. Jogá os paus de fogo, não quer. Güentar, não quer. Pedí, não quer. Acha qué madame, acha que é princesa. *Na dela* precisa aprender. *Na dela* precisa viver.

Agora é a vez de *Tiquinho*. Vendê os doces lá em cima. O negócio é assim. *Os Dois* lá embaixo, com os vidros. Eu, de um lado, com os paus de fogo e *Na Dela*, do outro, pedindo, vendendo bala ou batendo pau, sem bola de fogo. Lá em cima, *Tiquinho*, moleque ranhento, não deve de ter nem oito anos. Ven-de bala. A gente forma uma cruz. Sinal abriu, fechô, um de nós tá sempre em ação. Hoje, *Na dela* não veio. "Vai chovê!", ela disse. Hoje tem grana a menos. Hoje, *Na dela*

apanha.

Quedê a chuva? Quedê? Quedê queu quero vê. Trovejô. E daí? Pau no cu. *Na dela* tinha que vim. Tinha. Tamo tudo aqui, não tamo? Pois bem. A turma da proteção vai batê. E aí... Eu não vô levantá prá segurá. Vou pagá mi-

nha parte e que se foda, virá de lado. *Na dela* precisa aprender. Como se tivesse opção.

Sinal vai abri. Prepará tudo de novo.

Vuuuuuuuush!

Vuuuuuuuush!

Vuuuuuuuush!

Ilustração: Nelson Olokofá Inocêncio



Vuuuuuuuush!

Calma, cambada! Precisa acelerar não. *E aí, seu dotô? Solta uns trocados? Não?* Enfia no cu, então. Babaca. Não quer dá, não dê. Mas não precisa xingá, fechá vidro, fingi que não ouve. Num sou ladrão. Té parece que vai pegá mulher na zona. Tem gente que acha qué circo. Tá. Vai ver, eu sou um artista. Agora, eu sou uma estrela. Um artista. Artista da fome.

Vuuuuuuuush! *Na dela* precisa aprendê.

Vuuuuuuuush! *Na dela* precisa aprendê.

Vuuuuuuuush! *Na dela...* até parece que tem opção.

Vuuuuuuuush! Pau caiu! Pau caiu! Calma. Pega, levanta de novo. Pára de buzina, filá-da-puta! Pára. De novo. Vuuuuuuuush! *Na dela* vai tomá no cu! Vuuuuuuuush! Sinal vai abrir! Vuuuuuuuush! Não tem opção! Vai abrir! Vuuuuuuuush! Pau caiu! Caralho, porra, puta-que-o-pariu, buceta! Vuuuuuuuush! Buziná no ouvido da mãe! Vuuuuuuuush! Vai abrir! Deu! Passar no meio e recolher o que dá. Nada! Nada! Nada! Nada! Cambada de...

Abriu. Agora tem de ser safo. Se *Na dela* tivesse aqui, não tinha que tá fazendo serviço de dois, trampando a mais. "Vai chovê!", aquela vozinha de puta. Vai chovê porrada no cu. Tem de ser safo. Neguinho acha queu vou fazê arrastão aqui. Dá vontade de meter esses paus bem no meio dos vidros. Deixa eu passá, porra! Avenida larga da porra. Tão querendo me matá, os fila-das-putas! Ninguém quer parar!

Pois então...

Vuuuuuuuush! *Na dela*. Como se tivesse opção.

Vuuuuuuuush! Como se tivesse opção.

Vuuuuuuuush! Vuuuuuuuush!

Vuuuuuuuush! *Na dela!*

Vuuuuuuuush! *Na dela!*

Vuuuu..

***Doutorando em Sociologia (Unicamp), publicou contos nas revistas eletrônicas Bestiário e TXT Magazine. Premiado em 2002 e 2003 no Festival de Crônicas, Contos e Poesias de Imperatriz (MA).**



Normas jurídicas e ações afirmativas

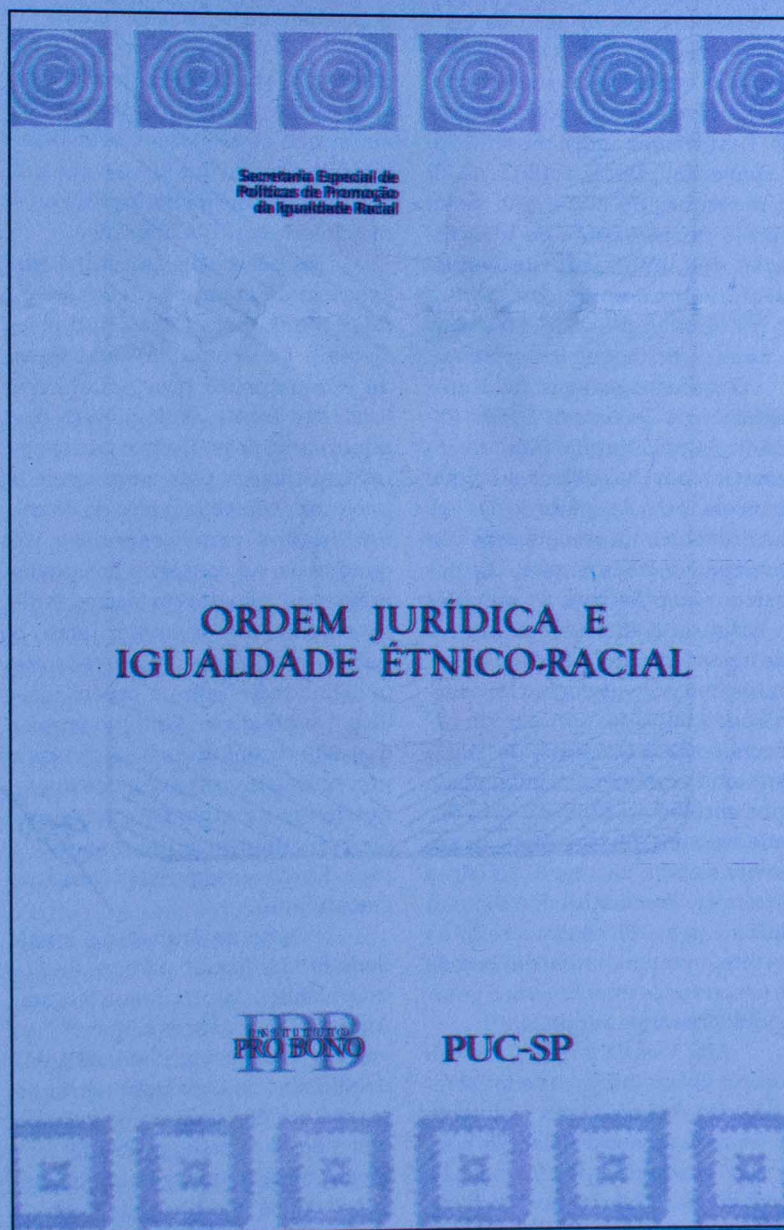
Juristas de prestígio comprovam o respaldo legal das ações afirmativas para a superação das desigualdades raciais.

Ana Luíza Pinheiro Flauzina*

"O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de lei de Cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000) que logo serão submetidos a uma decisão final no Congresso Nacional." O trecho do manifesto subscrito por intelectuais de renome, muitos dos quais construíram carreiras acadêmicas dedicando-se à investigação das condições de vida da população negra no Brasil, é o instrumento de divórcio definitivo dos pseudo-aliados na luta antirracista da fachada politicamente correta em que se escoravam.

Se, do ponto de vista da articulação política, a queda de máscaras é bem-vinda, e situa os atores dentro de seus campos de intervenção sem meias palavras, os efeitos desse tipo de argumento, que lança para o formalismo jurídico as premissas da insustentabilidade de medidas que venham a diminuir o impacto da discriminação racial sobre o segmento negro, tendem a ter forte penetração social pela aparente "autoridade" que carregam.

Nesse sentido, mesmo municiados de um diagnóstico que em si já suplanta qualquer necessidade de maiores justificativas, uma aproximação com o campo ju-



rídico se mostra estratégica na busca dos fundamentos legais que legitimam nossas demandas, impedindo o descredenciamento de propostas centrais.

Somando com esse tipo de entendimento, o livro *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial*, editado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, em cooperação com várias instituições dentre as quais destacamos, a Fundação Ford, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o Instituto Pro Bono, traz uma importante contribuição para o necessário estreitamento de laços entre a agenda jurídica e as o debate das relações raciais no Brasil.

O livro, organizado por Flávia Piovesan e Douglas de Souza, é composto por dez pareceres elaborados por juristas renomados, abordando os avanços e os limites dos diversos ramos do Direito no trato da questão racial. É importante registrar que os pareceres, apesar de não exaurirem os temas trabalhados, trazem uma contribuição tanto do ponto de vista da práxis jurídica, indicando falhas na legislação e recomendando alterações substantivas, quanto levantam questionamentos que podem ser objeto de estudos mais aprofundados sob o ponto de vista teórico. Um outro aspecto positivo da publicação está na acessibilidade da maioria dos pareceres, que, fazendo uso de uma linguagem não

hermética, podem ser consultados por leitores de todas as áreas.

O artigo de parecer, *Direitos Internacionais dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial*, de Flávia Piovesan (um dos melhores do livro), evidencia a relação existente entre o sistema de proteção internacional de Direitos Humanos e o Direito brasileiro, tendo em vista o trato da questão racial. A autora sustenta juridicamente a hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos, superando as controvérsias que tendem a qualificá-los como instrumentos de natureza infraconstitucional. Dentro do sistema global de proteção aos Direitos Humanos, Piovesan chama a atenção para a *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Racial* ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968, que prevê a implementação de políticas afirmativas. Por fim, a autora chama a atenção para a necessidade de se elaborar uma convenção específica de eliminação de discriminação racial no cenário interamericano.

Daniel Sarmento, em seu parecer *Direito Constitucional e Igualdade Étnico-Racial*, pontua questões relevantes acerca das potencialidades inscritas na Constituição como instrumento de amparo na luta emancipatória da população negra no Brasil. Dentre os diversos aspectos trabalhados pelo autor, chamamos a atenção para sua abordagem acerca da constitucionalidade das medidas de ação afirmativa. Para Sarmento, a Constituição de 88 assume uma concepção substantiva de isonomia, que deve ser buscada por um Estado pró-ativo, na elaboração de políticas públicas que superem o quadro discriminatório que se apresenta, assumindo, inequivocamente, as ações afirmativas dentro do rol de suas possibilidades de ação.

A contribuição de Carlos Ari Sundfeld se relaciona à discussão da discriminação racial e Direito Público sintetizada no parecer *Direito Público e Igualdade Étnico-Racial*. O autor levanta um importante debate voltado para a ocupação dos cargos da Administração Pública. Em seu entendimento, o excesso de regulamentação profissional, caracterizada por uma de-

manda de conhecimentos incompatível com a função a ser exercida pelo empregado, acaba por elitizar as seleções, em especial do serviço público, prejudicando visivelmente a população negra. De maneira ousada, Sundfeld sugere que as seleções respeitem os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e que, existindo mais de um profissional habilitado ao preenchimento da vaga, deve prevalecer a regra do sorteio.

Carlos Marés e Theo Marés tratam da questão agrária em seu viés jurídico e seu cruzamento com a desigualdade étnico-racial no parecer *Direito Agrário e Igualdade Étnico-Racial*. Apesar de os autores não oferecerem uma leitura que tome o racismo como o fundamento central na constituição do quadro de vulnerabilidades erguido em torno dos trabalhadores do campo, o artigo levanta questões importantes. Destacamos aqui a proposta de se converter o Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, que versa sobre o procedimento de identificação e demarcação de terras quilombolas, em lei ou norma constitucional, a fim de dar maior segurança jurídica ao instrumento.

O quinto parecer do livro, *Quilombos e Igualdade Étnico-Racial*, de Aurélio Virgílio Rios, dá um bom panorama das dificuldades que giram em torno da aplicação das leis que disciplinam a titularização das terras quilombolas no país. O autor chama a atenção para os entraves de natureza político-administrativa que obstaculizam o processo de reconhecimento e titulação. De acordo com Rios, após um ano da vigência do Decreto 4887, de 2003, nenhuma comunidade quilombola tinha recebido o título de propriedade de suas terras. Além disso, lembra o autor, há uma ADIN (Ação Direita de Inconstitucionalidade) ajuizada pelo PFL contra o referido decreto, numa tentativa deliberada de preservar os interesses dos grandes proprietários rurais.

Ana Valéria Araújo, em seu parecer *Povos Indígenas e Igualdade Étnico-Racial*, dá um panorama do tratamento que a legislação confere às comunidades indígenas, indicando as lacunas e propondo alternativas para sua complementação. A autora chama a aten-

ção para a necessidade de se reformular o conceito de tutela estatal sobre as comunidades indígenas, a partir de uma perspectiva não assimilacionista. Além disso, Araújo propõe a reformulação do órgão indigenista (Funai), com vistas a adaptar sua estrutura a um órgão oficial pós-tutelar, que se dedique a garantir e promover a cidadania indígena e não a substituí-la como ocorre atualmente.

Direito Civil e Igualdade Étnico-Racial, parecer de Luiz Edson Fachin, destoa pela carga de seu juridiquês. Ainda assim, traz contribuições que merecem ser citadas. Dentre elas pomos em relevo a proposta de elaboração de uma nova Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, tendo em vista a defasagem da legislação, datada de 1942, que carrega preceitos contrários aos consagrados constitucionalmente. É preciso, segundo o autor, que se elabore uma legislação substitutiva que sirva como um instrumento hermenêutico na promoção e respeito à diferença.

Ela Wiecko de V. Castilho, em seu parecer *Processo Civil e Igualdade Étnico-Racial*, traça um consistente panorama da defasagem do ordenamento processual civil brasileiro frente às demandas das minorias étnicas. Dentre os aspectos trabalhados pela autora vale a pena ser destacado o fato de as comunidades remanescentes de quilombos, ao contrário dos povos indígenas, não serem partes legítimas para ingressar em juízo, o que as mantém num terreno de invisibilidade frente à ordem jurídica. Diante disso, Castilho propõe que seja reconhecida a capacidade processual das comunidades remanescentes de quilombo, superando esse flagrante desrespeito a seus direitos assegurados constitucionalmente.

Direito do Trabalho e Igualdade Étnico-Racial, parecer de Estevão Mallet, Lucyla Tellez Merino, Antônio Galvão Peres e Marcos Neves Fava, traça um panorama das debilidades da legislação pátria no combate à discriminação racial no mercado de trabalho no Brasil. Tendo em vista a vulnerabilidade dos empregados e a dificuldade em se produzir a prova da discriminação racial, os autores chamam a aten-

ção para a necessidade recorrente de se inverter o ônus da prova nos processos a fim de se alcançar a verdade real. De acordo com seu entendimento, deve ficar a cabo do empregador, ou seja, de quem estabelece a diferenciação do tratamento entre os empregados, demonstrar a razoabilidade e regularidade dos critérios de distinção.

Por fim, o parecer *Direito Penal e Igualdade Étnico-Racial*, de Hédio Silva Junior, trata do incestuoso relacionamento entre população negra e Direito Penal no Brasil, situando os aspectos de maior vulnerabilidade do segmento frente à legislação. Dentre os pontos trabalhados, destaca-se a sugestão de supressão do art. 284 do Código Penal, que versa sobre o curandeirismo, o que, na prática, se revela como um instrumento para a perseguição das religiões de matriz africana e a inclusão do preconceito racial como uma das circunstâncias agravantes genéricas da pena, previstas nos art. 61 e 62 do Código Penal.

Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial é uma boa referência para estudiosos e operadores do Direito, consolidando importantes argumentos jurídicos em defesa dos interesses da população negra no Brasil. Concretamente, serve ainda como uma relevante resposta aos arautos do formalismo jurídico esvaziado, na medida em que oferece respaldo legal de vários ramos do Direito à implementação das políticas de ação afirmativa no país. Por fim, e não menos importante, o livro é a materialização do potencial subaproveitado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que, prostrada, cede passivamente às ingerências que visam a minar as propostas que beneficiam a população negra, descartando o acúmulo por ela mesmo fomentado. A publicação tem um recado e uma serventia para fora da gestão aos nossos interesses efetivos supostamente resguardados pela Secretaria. Se pode servir de algum consolo, ao menos como editora, dessa vez, a Seppir parece ter cumprido seu papel.

*Mestra em Direito (UnB)
e ativista do EnegreSer.
analuiza@irohin.org.br

TV a gato

Cidinha da Silva*

Você sabe que às vezes o pessoal da favela faz gato não é só pela falta, mas também pela revolta. Você imagina o que é no inverno só ter água quente pro banho se esquentar a gás ou a lenha, porque não há energia elétrica? Andar a favela inteira com as suas sacolas de lixo debaixo do braço até o asfalto, porque caminhão coletor não sobe o morro? A moçada então, não perdoa. Esperança desacreditada, fermentada pela falta de perspectiva vira revolta.

Na juventude da Elza Soares

existia bica e o pessoal subia com a lata d'água na cabeça. Vieram os sambistas do asfalto e fizeram os sambas que romantizaram a pobreza, como se viver do nada e das sobras fosse bom. Hoje o pessoal resolve a falta de água encanada com o gato feito por umas mangueiras sujas, furadas por pedregulhos e roedores. Contaminadas também por excrementos de bicho. É tanta gente neste país que bebe clorofórmio fecal – para não ofender os ouvidos mais puros.

Gato de TV a cabo você deve

achar que é luxo, pois talvez nem você tenha (TV a cabo ou um gato de TV a cabo) em sua residência. Mas, veja bem: assim como um vivente tem direito à água potável, tem também direito à programação televisiva de qualidade. Para obtê-la, no Brasil, é preciso pagar uma assinatura. Suponhamos que você possa pagar. Ocorre que a empresa prestadora do serviço acha que o lugar onde você mora não é digno dele. E você, além de perguntar-se onde mora a lógica capitalista da empresa, faz o quê? Os meninos fazem gato. E quer saber do que



mais, quem gosta de miséria é intelectual, já disse o Joãozinho Trinta.

E quer saber de outra coisa? O prédio do seu vizinho aluga apartamentos com TV a cabo incluída. Só que os usuários não pagam nada. Nem a administração. Ninguém paga. É gato.

*Diretora do Instituto Kuanza.
cidinha.tridente@gmail.com



Nobel da Paz para Aimé Césaire

* Maria de Lourdes Teodoro

O poeta Aimé Césaire, nascido em 1913, na Martinica, então um Departamento francês nas Antilhas, foi indicado este ano, por uma instituição da Bélgica, para Prêmio Nobel da Paz, no momento em que o Congo terá sua primeira experiência de eleições livres para Presidente da República. A indicação do nome de Aimé Césaire remete à importância do seu pensamento. Uma tal indicação lembra ainda que, em 1964, Martin Luther King Jr. foi prêmio Nobel da Paz, após anos de luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos e um ano após seu discurso pronunciado diante do Lincoln Memorial (28-08-1963), por ocasião da Marcha pelos Direitos civis, em direção a Washington.

As formas de luta de Césaire – o engajamento político partidário e a literatura, a criação da revista *Tropiques* – embora muito diversas das de Luther King, visavam uma mesma finalidade: auto-conhecimento do povo negro, apropriação cultural, conquista e ampliação de direitos humanos. Césaire preocupava-se com a condição humana do negro em qualquer lugar do planeta, de um modo tal que suas refle-

xões interessam não apenas aos negros, mas a todos aqueles que desejam uma humanização do mundo em que vivemos.

A poesia de Aimé Césaire é uma realização que ilustra o melhor do surrealismo literário no século XX. O texto surrealista valoriza as descobertas da psicanálise: o inconsciente, as livres associações de idéias, etc. Não é por acaso que Aimé Césaire parte para o texto histórico e para o teatro. No texto histórico e nas peças de teatro as questões cruciais da identidade cultural ganharão sua complexidade e profundidade próprias, de modo acessível. No teatro, a questão racial, a questão étnica e cultural, as questões políticas relativas às ilhas francesas no Caribe ou à independência de países africanos ganham vida e serão polemizadas de um modo tal, que se tornam importantes para todo leitor interessado na humanização das relações sociais e culturais, independentemente de raça, religião ou origem geográfica.

Para compreender toda a dimensão da indicação feita pela Bélgica do Prêmio Nobel da Paz para Aimé Césaire, é indispensável reler

a peça *Uma temporada no Congo* (*Une saison au Congo*) que retrata a experiência política de Patrice Lumumba na tentativa de tornar o Congo independente da Bélgica:

"Mais ainda, com seu coração duro e feroz! Mokutu, aqui a tens, nossa África! Ela espera, por que não? (...) Então a prisioneira África diz: "Amanhã é a minha vez! E amanhã não está longe!" e ela fecha os punhos e ela respira um pouco melhor, a África! O ar de amanhã já! O ar do vasto, do sadio e do salgado!"

Dos escritores do Negro-renascimento americano, dos Modernistas brasileiros e dos poetas e escritores da negritude antilhana, os herdeiros espirituais retomarão o conceito, palavras, idéias, sugestões de estilo, fragmentos de emoções compartilhadas, a serem expressos de outra maneira, a serem aprofundados.

CÉSAIRE E A NEGRITUDE

O substantivo Negritude é cunhado em 1939, em um texto famoso do poeta martiniquenho Aimé Césaire: *O Caderno de volta ao país natal*. A idéia de volta, é a de um retorno à realidade própria do an-

tilhano, situando-o emocionalmente nas Antilhas, historicamente vinculado à África, à Europa, às Américas.

Césaire está muito consciente do fato de que ao expressar-se com verdade, também expressa um povo, uma cultura. Em uma entrevista na revista *Tropiques*, ele considera que fazer "arte pela arte" é inadmissível: "eu consideraria como um monstro de egoísmo um martinicano que fizesse arte pela arte. Significaria que ele nunca olhou diante dele, em frente a ele. Há uma sorte de intolerância da situação coletiva, isto me engaja". O poema *Corpo perdido* (*Corps perdu*) é significativo da fantasia de poder libertar as ilhas do peso emocional e histórico da escravidão que alimentou toda a obra do poeta. Peso do qual, individualmente, ele de fato libertou-se, pela literatura, como podemos ver em seu livro *Moi, laminaire*, de 1983.

* Com estágio de pós-doutoramento na Universidade de Harvard., é psicanalista em formação no Instituto de Psicanálise Virginia Leone Bicudo da Sociedade de Psicanálise de Brasília

35



POESIA

CORPO PERDIDO

(fragmento)

Aimé Césaire

Tradução: Maria de Lourdes Teodoro

Ah, quem me leva aos harpões
eu sou muito frágil
eu assovio sim eu assovio coisas muito antigas
serpentes, coisas cavernosas
Eu ouro vento paz-aí
e contra meu focinho instável e fresco
pousa contra minha face erodida
tua fria face de rir desfeito.
vento oh eu o ouvirei ainda
negro negro negro desde o fundo
do céu imemorável.
Um pouco menos forte que hoje
mas forte demais todavia
e este louco urro de cães e de cavalos
que ele empurra a perseguir-nos sempre quilombolas
mas por minha vez no ar
eu soltarei um grito e tão violento
que borrifarei o céu inteiro
e por meus galhos espedaçados
e pelo grito insolente de minha fronte ferida e solene
eu ordenarei às ilhas existirem.

"Corps perdu" (1950), Cadastre, Oeuvres.



NOBEL DA PAZ
& POESIA



ISSN 18085369



9 771808 536008 >